

CENTRO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA

ETEC ITAQUERA II

Ensino Médio Integrado ao Técnico em Administração

Beatriz da Silva Guilherme

Camili Melo dos Santos

Cleomara Souza Araújo

Fernanda Borges Silva

Isabele Salviano Remízio

Fabricio Soares Meireles

ABERTURA E ADMINISTRAÇÃO DA ONG OLHAR DA JUVENTUDE:

CENTRO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES (CCA)

São Paulo

2023

Beatriz da Silva Guilherme

Camili Melo dos Santos

Cleomara Souza Araújo

Fernanda Borges Silva

Isabele Salviano Remízio

Fabricio Soares Meireles

ABERTURA E ADMINISTRAÇÃO DA ONG OLHAR DA JUVENTUDE:

CENTRO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES (CCA)

Trabalho de Conclusão do Curso, do 3º ano B do ensino médio com técnico em administração, apresentado na Etec Itaquera II, orientado pelo professor Igor Fagner Duarte da Silva, como requisito parcial para obtenção do título de técnico em administração.

São Paulo

2023

RESUMO

A parceria entre o Estado e Organizações Não Governamentais (ONGs) é fundamental para a eficácia das políticas públicas e atendimento às necessidades sociais. Essa colaboração busca otimizar recursos, melhorar a eficiência e aproveitar a expertise das ONGs. O Estado formula projetos alinhados aos seus objetivos, utilizando chamamentos públicos para selecionar ONGs com base em critérios como experiência e transparência. A parceria é formalizada por contratos, fortalecendo a capacidade de resposta a demandas sociais e envolvendo a sociedade civil na formulação de políticas públicas. Diante disso o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) aborda a abertura e administração da ONG "Olhar da Juventude", com foco em um Centro para Crianças e Adolescentes (CCA), localizado no bairro de Itaquera. O objetivo é enfrentar desigualdades sociais, concentrando-se na educação, bem-estar e integração social de crianças e adolescentes, contribuindo para reduzir a delinquência juvenil e outros problemas sociais. A ONG realiza pesquisas para entender a vulnerabilidade social, promovendo interações por meio de atividades educativas e sociais, envolvendo ativamente os pais. Além da educação, a ONG oferece acompanhamento psicológico e estratégias inovadoras para motivar o estudo e desenvolvimento profissional. A metodologia da pesquisa é exploratória e qualitativa, utilizando um estudo de caso com entrevistas online. Destaca-se a importância de um CCA para atender às diversas necessidades de crianças e jovens. A conclusão ressalta os desafios na gestão do CCA, enfatizando a necessidade de apoio do poder público e reconhecendo o papel crucial das ONGs na missão do Estado.

Palavras-chave: Estado. Desigualdades Sociais. Centro Para Crianças e Adolescentes (CCA). Crianças e Adolescentes. ONG. Vulnerabilidade Social. Impacto Social. Bairro Itaquera. Pais.

ABSTRACT

The partnership between the State and Non-Governmental Organizations (NGOs) is fundamental for the effectiveness of public policies and meeting social needs. This collaboration seeks to optimize resources, improve efficiency and take advantage of the expertise of NGOs. The State formulates projects aligned with its objectives, using public calls to select NGOs based on criteria such as experience and transparency. The partnership is formalized by contracts, strengthening the capacity to respond to social demands and involving civil society in the formulation of public policies. Therefore, the Course Completion Work (TCC) addresses the opening and administration of the NGO "Olhar da Juventude", focusing on a Center for Children and Adolescents (CCA), located in the Itaquera neighborhood. The objective is to address social inequalities, focusing on the education, well-being and social integration of children and adolescents, contributing to reducing juvenile delinquency and other social problems. The NGO carries out research to understand social vulnerability, promoting interactions through educational and social activities, actively involving parents. In addition to education, the NGO offers psychological support and innovative strategies to motivate study and professional development. The research methodology is exploratory and qualitative, using a case study with online interviews. The importance of a CCA to meet the diverse needs of children and young people is highlighted. The conclusion highlights the challenges in managing the CCA, emphasizing the need for support from public authorities and recognizing the crucial role of NGOs in the State's mission.

Keywords: State. Social differences. Center for Children and Adolescents (CCA). Children and Adolescents. NGO. Social vulnerability. Social impact. Itaquera neighborhood. Parents.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Modelo de negócios Canvas.....	72
Tabela 2- Tabela 5W2H.....	73

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	Objetivos	9
1.1.1	Objetivo geral	9
1.1.2	Objetivos específicos	9
1.2	Justificativa	9
1.3	Problemática	10
1.4	Hipóteses	11
1.5	Metodologia	11
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2.1	Administração	12
2.1.1	História da administração	12
2.1.2	Administração pública	13
2.1.3	Administração na atualidade	14
2.2	Desigualdade social	15
2.3	ONG's	16
2.3.1	ONG's na legislação brasileira	16
2.4	O Estado	18
2.4.1	O Estado em relação as crianças e adolescentes na ONG	18
2.4.2	A relação do Estado e ONG's	18
2.4.3	É possível viver apenas com o dinheiro da ong?	19
2.4.4	Quais projetos em que as Associações e as ONGs realizam que o Estado pode ajudar financeiramente?	20
2.4.5	Quanto ganham as pessoas que trabalham em uma ONG?	21
2.5	OSCIP's	21
2.6	CCA	22
2.7	Terceiro setor	23

2.8	Serviço social	24
2.9	Captação de recursos no terceiro setor	25
2.10	Responsabilidade social	27
2.11	Planejamento estratégico	29
2.12	Prestação de contas	31
2.13	Gestão de direitos humanos	32
2.14	Gestão de recursos humanos	33
2.15	Comunicação e sensibilização	35
2.16	Gestão de acolhimento	36
2.17	Governança e estrutura organizacional	36
2.18	Avaliação de necessidade e impacto social	37
2.19	Direitos humanos e ética	37
2.20	Gestão de crises	40
2.21	Tecnologia e inovação para o impacto social	41
2.22	Desenvolvimento na infância e adolescência	41
2.23	Intervenções Psicossociais	43
2.24	Impacto social e comunitário	44
2.25	Serviço comunitário ou voluntario	44
2.26	Família e criança/ relação de pais e filhos	45
2.27	Tecnologia e mídia digital	45
2.28	Políticas e direitos da criança e do adolescente	47
2.29	Nutrição e saúde física	48
2.30	Desenvolvimento da criatividade e habilidades artísticas	50
2.31	Desenvolvimento da identidade e orientação sexual	52
2.32	Educação financeira	54
2.33	Inclusão e acessibilidade	56
2.34	Prevenção de abuso e exploração infantil	58

2.35	Prevenção do abandono escolar	60
2.36	Traumas, bullying e violência na infância e adolescência.....	62
2.37	Atividades físicas para crianças e adolescentes	63
3	PROPOSTA DE TRABALHO	64
3.1	Empresa fictícia: ONG Olhar da Juventude	64
3.2	Estudo de caso	64
3.3	Planejamento estratégico do CCA	66
3.3.1	Missão, visão e valores	66
3.3.2	Serviços oferecidos	67
3.3.3	Recursos necessários	68
3.3.4	Equipe de trabalho	69
3.3.5	Remuneração e contratação	70
3.3.6	Parcerias Público-Privadas (PPPs).....	70
3.4	Modelo de negócios Canvas	71
3.5	Plano de ação	72
3.6	Persona	73
3.7	Assessoria	74
3.7.1	Passo a passo para abertura de uma ONG	74
3.8	Conceitos estudados	77
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83
	APÊNDICE	101
	APÊNDICE A – Entrevista transcrita	101

1 INTRODUÇÃO

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

Agir no combate à diminuição das desigualdades que atinge crianças e adolescentes, atuando exclusivamente na construção de mecanismos de acesso à educação, bem-estar e convivência, e assim colaborar com a redução da delinquência juvenil e outros fatores que são motivados devido a situações de impacto social.

1.1.2 Objetivos específicos

Realizar pesquisas que apresentem dados sobre crianças e adolescentes do bairro de Itaquera que estão em situação de vulnerabilidade social

Desenvolver a socialização e interação entre crianças e adolescentes com a prática de atividades educacionais e sociais.

Promover o acompanhamento psicológico de crianças e adolescentes junto com os pais.

Incentivar as crianças e adolescentes atendidas pela ONG com ações e metodologias criativas que motivem o interesse pelo estudo e desenvolvimento profissional

1.2 Justificativa

Como lembra Silva (2021) o Brasil nas últimas décadas vem impondo uma enorme desigualdade social na distribuição de renda e elevados níveis de pobreza fazendo crianças e adolescentes ficarem em situações de vulnerabilidade, mortalidade infantil, atraso de desenvolvimento, ausência na escola, acesso as drogas, desnutrição, gravidez na adolescência e acabam indo morar em comunidades ou escolhendo o caminho das ruas e como consequência disso elas acabam sendo privadas ao acesso as condições mínimas de dignidade e cidadania.

Diante dessa situação veio a ideia de criar o Centro para Crianças e Adolescentes (CCA) com o intuito de intervir positivamente na vida de crianças e adolescentes combatendo com ações efetivas as situações de vulnerabilidade, promovendo projetos que coloque em prática os direitos das quais são privados, como

incentivo à educação, saúde, alimentação, um lugar onde possam se sentir seguras, confortáveis e respeitadas, garantindo apoio emocional através de profissionais qualificados.

Afinal um centro destinado a crianças e adolescentes é essencial, pois proporciona um ambiente seguro e educativo que estimula o desenvolvimento físico, emocional e social. Esses locais oferecem chances de aprendizado, interação social e suporte emocional, sendo fundamentais para o desenvolvimento saudável e o bem-estar global dos jovens.

1.3 Problemática

Essa problemática permite a análise das principais questões que afetam CCA e como as ONGs podem desenvolver abordagens eficazes para lidar com essas questões. Ela também abre espaço para investigar a adaptação das ONGs às necessidades específicas das crianças e adolescentes em diferentes contextos.

Mais de 40% de crianças e adolescentes de até 14 anos vivem em situação domiciliar de pobreza no Brasil, o que representa 17,3 milhões de jovens. Em relação àqueles em extrema pobreza, o número chega a 5,8 milhões de jovens, ou seja, 13,5%. (BOEHM, 2018)

Um número específico de crianças e adolescentes em todo o mundo vive em situação de vulnerabilidade social, marcada por diversos fatores, como pobreza, negligência, violência doméstica, abuso sexual, desnutrição e falta de acesso à educação e serviços de saúde adequados. Isso os coloca em um contexto em que suas perspectivas de vida são significativamente reduzidas, tornando-se mais suscetíveis a uma série de desafios que podem persistir por toda a vida.

Ao entrar na complexidade deste problema, é essencial considerar o papel fundamental que os Centros para Crianças e Adolescentes podem desempenhar. Pois os centros têm o potencial de oferecer apoio, educação, orientação e oportunidades que podem romper o ciclo da vulnerabilidade social e permitir que esses jovens atinjam seu máximo potencial.

Então como a abertura de uma ONG - Centro para Crianças e Adolescentes pode ajudar o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social utilizando práticas e metodologias que articulam uma rede de proteção social com as famílias, as escolas e os órgãos públicos para garantir os direitos das crianças e dos adolescentes atendidos?

1.4 Hipóteses

A colocação de programas de educação sexual em Centros de Crianças e Adolescentes (CCA) atende de forma efetiva a missão do poder público com a sociedade, pois auxilia na conscientização sobre saúde sexual entre os jovens, podendo reduzir a taxa de gravidez na adolescência.

A promoção de hábitos alimentares saudáveis, acompanhada com nutricionista em Centros de Crianças e Adolescentes (CCA) podem ajudar a reduzir as taxas de obesidade infantil e promover um estilo de vida mais saudável.

A implantação de uma ONG que tem foco no cuidados com crianças na região de Itaquera, mudará a perspectiva de futuro de toda a comunidade atendida

1.5 Metodologia

O estudo a ser realizado é de natureza exploratória, e a estratégia de pesquisa adotada foi a qualitativa. Vez que usamos como coleta de dados um estudo de caso, na qual foi realizada 1 entrevista roteirizada, com 15 perguntas exploratórias que ocorreram de modo online.

A entrevistada foi escolhida a partir da sua vasta experiência no comando da associação beneficente comunitária, mais especificamente do Centro para Crianças e Adolescentes (CCA), tendo como objetivo observar os conceitos apresentados ao longo da pesquisa colocados em prática.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Administração

No âmbito da administração, é crucial compreender que:

A Administração passou a ser uma das áreas mais importantes da humanidade. Verifique que todos os problemas poderiam ser muito bem resolvidos se tivessem uma gestão responsável e de excelência. A tarefa básica da administração é, de maneira eficiente e eficaz, fazer as coisas por meio das pessoas. (BARRETO, 2017).

A palavra Administração não é nova, vem do latim Administratione, assim como manejo e gestão. Todos têm o mesmo sentido: um processo dinâmico de tomar decisões sobre a utilização de recursos, para possibilitar a realização de objetivos. (BARRETO, 2017).

Pode-se, de forma objetiva e sintetizada, definir Administração como uma ciência social, que reúne teorias e técnicas para a gestão de recursos humanos, naturais, financeiros e informacionais. Tem por objetivo gerar riquezas e promover o desenvolvimento econômico e de bem-estar da sociedade. (MARQUES, ODA, 2012)

Administração é o estabelecimento de metas/objetivos dentro de uma organização e a forma de alcance destes de maneira intencional e especializada através de processos como planejamento, organização, liderança, controle e execução, por meio de recursos humanos e organizacionais. (BOTHEO, 2020)

Ao se tratar da Teoria Geral da Administração, abordam-se as Teorias Administrativas que são, em seu conjunto, um compêndio de normas principais que se complementam. (CARVALHO, 2008)

Estudar Administração, enquanto ciência social aplicada, é um exercício de contínua aprendizagem acerca da complexidade das relações de produção e da organização como unidade sistêmica que influencia e é influenciada pelo meio em que atua. (JACOBSEN et al., 2006)

As habilidades interpessoais e de comunicação, também chamadas humanas, são extremamente necessárias na vida de um administrador e podem ser desenvolvidas tanto dentro como fora do ambiente acadêmico. (JACOBSEN et al., 2006)

“Administrar nada mais é do que buscar objetivos comuns para a organização. E estes objetivos comuns devem ser positivos para todos os envolvidos, sejam eles acionistas, gerentes, funcionários, e demais envolvidos no negócio” (STADLER, 2011)

É uma ciência social aplicada porque estuda o comportamento da sociedade e dos indivíduos que a compõem, pesquisando e analisando como ela se organiza e atua no esforço de se desenvolver no aspecto socioeconômico. (MARQUES, ODA, 2012)

2.1.1 História da administração

Quando exploramos a história da administração, é fundamental analisar:

As Teorias Administrativas tiveram sua importância reconhecida a partir do início do século XX, quando, após o advento e consequências da Revolução

Industrial, era necessário começar a se produzir em larga escala, principalmente nos países onde a produção de bens era um fato concreto e existia a urgência em organizar e controlar tal produção. (CARVALHO, 2008)

A administração é uma forma de ação que sempre houve ao longo da história. Há relatos do uso da administração aplicada nas mais diversas áreas, como nas antigas guerras, na civilização egípcia, na igreja católica, e pelos filósofos clássicos. (STADLER, 2011)

Apenas com a Revolução Industrial, no ano de 1776, quando James Watt criou a máquina a vapor, foi que estas oficinas puderam implantar a máquina a vapor como o “motor” dos seus maquinários, e assim a produção que antes era feita manualmente, passou agora a ser industrialmente. (STADLER, 2011)

“Assim, com a industrialização e desenvolvimento do Estado, tornou-se necessário a passagem da administração empírica para a administração científica”. (SANTIAGO, 1995)

A história da Administração iniciou-se num tempo muito remoto, mais precisamente no ano 5.000 a .C, na Suméria, quando os antigos sumerianos procuravam melhorar a maneira de resolver seus problemas práticos, exercitando assim a arte de administrar. (GOMES, 2005)

Na evolução histórica da administração, duas instituições se destacaram: a Igreja Católica Romana e as Organizações Militares. A Igreja Católica Romana é considerada a organização formal mais eficiente da civilização ocidental. (GOMES, 2005)

As Organizações Militares evoluíram das displicentes ordens dos cavaleiros medievais e dos exércitos mercenários dos séculos XVII e XVIII até os tempos modernos com uma hierarquia de poder rígida e adoção de princípios e práticas administrativas comuns a todas as empresas da atualidade. (GOMES, 2005)

“O fenômeno que provocou o aparecimento da empresa e da moderna administração ocorreu no final do século XVIII e se estendeu ao longo do século XIX (...) chamou-se Revolução Industrial.” (GOMES, 2005)

Conhecido como o precursor da Teoria da Administração Científica, Taylor preconizava a prática da divisão do trabalho, enfatizando tempos e métodos a fim de assegurar seus objetivos "de máxima produção a mínimo custo", seguindo os princípios da seleção científica do trabalhador, do tempo padrão, do trabalho em conjunto, da supervisão e da ênfase na eficiência. (GOMES, 2005)

2.1.2 Administração pública

Ao discutir os princípios da administração pública, é essencial considerar:

Administração Pública está intrinsecamente ligada aos seus princípios, os quais lhe norteiam rumo à efetivação dos direitos democráticos, base fundamental para uma sociedade governada por um Estado que se preocupe com o seu desenvolvimento. (CHAVES, ALBUQUERQUE, 2019)

A Administração pública representa uma ferramenta fundamental para a concretização dos objetivos do Estado, visto que consiste em um conjunto de órgão e entidades que se responsabilizam por essa tarefa. (ALEXANDRINO, PAULO, 2005 apud CHAVES, ALBUQUERQUE, 2019)

A administração pública pode ser definida num sentido amplo, abrangendo concomitantemente a função política quanto a função administrativa. Já no ponto de vista estrito, restringe-se a função administrativa propriamente. (GOMES e MORGADO, 2012, p. 45 apud SILVA, MARTINS, 2016).

O grande momento da administração pública gerencial se deu com a promulgação da Emenda Constitucional n. 19/98, que ficou conhecida como “reforma administrativa”. Essa reforma constitucional inovou em matérias relacionadas à estabilidade de servidores públicos, ao regime de remuneração dos agentes públicos e a já mencionada gestão gerencial da administração pública. (ANDRADE, 2014)

A Administração Pública é composta de um conjunto de órgãos instituídos pelo Governo para a gestão de bens e interesses qualificados da comunidade no âmbito de todas as esferas, e tem como principal objetivo, a prestação do serviço público em benefício da coletividade. (MEIRELLES, 2010 apud ALMEIDA, MARTINS, 2016)

É notório que a promoção do desenvolvimento socioeconômico é um desafio para gestão pública nos diferentes níveis de governos. A Constituição Federal de 1988 ampliou, para os entes federados, uma série de competências na área social, com autonomia e repartição de competência para execução, a exemplo da saúde, educação e assistência social. (ABRANTES, BRUNOZI, 2023)

2.1.3 Administração na atualidade

No contexto das tendências atuais, a administração se adapta através de:

O surgimento do capitalismo no Brasil gerou um grande impacto na sociedade, tanto com melhorias econômicas, como o aumento das desigualdades sociais, conflitos étnicos, crime organizado, corrupção, privatização de serviços essenciais e a desregulamentação de políticas sociais, que prejudicaram a sociedades como um todo. (MORAIS; TEIXEIRA; GUIMARÕES, 2017 apud SOUSA et al., 2021)

Na atualidade, a sociedade e, conseqüentemente, as organizações vivem na chamada era da informação, um período marcado pelo fluxo frenético de informações. Esses processos são influenciados, sobretudo, pelo desenvolvimento de novas tecnologias da informação e comunicação. (SILVA et al., 2022)

O contexto atual das organizações estimula algumas reflexões sobre os desafios da Administração enquanto prática e como ciência. Pode-se resumilos em quatro pontos principais: pressões ligadas à globalização, pressões relativas ao controle de custos, pressões que se referem às relações de confiança entre os stakeholders e demandas sobre o comportamento ético e a responsabilidade corporativa. (RODRIGUES, 2004)

O primeiro desafio, a globalização, não constitui novidade. Apesar disso, vale a pena lembrar que as conclusões mais recentes indicam que, do ponto de vista econômico, a globalização não passa de regionalização, pois a maior parte das empresas ainda prefere investir em territórios mais próximos do ponto de vista geográfico e cultural. (RODRIGUES, 2004)

O segundo desafio refere-se ao controle de custos. O desenvolvimento de técnicas de medição em vários setores e níveis organizacionais criou condições para que as empresas pudessem examinar e medir o custo de suas várias atividades. (RODRIGUES, 2004)

As rápidas mudanças decorrentes do avanço tecnológico e do processo de globalização vêm causando grandes transformações no mundo do trabalho. Neste cenário, cada vez mais instável, exigente e de complexa inserção e a permanência do profissional no mercado, torna-se de suma importância ter

consciência a respeito das exigências deste mercado e de quais competências são necessárias para que o grau de empregabilidade esteja sempre positivo. (VICENTE et al., 2013)

Vale ressaltar que, no decorrer da transformação da administração e no aprimoramento das técnicas para aplicação de conceitos que levem as organizações à sustentabilidade de seus negócios, algumas competências se mantiveram necessárias para uma construção sólida das experiências profissionais do administrador. O controle emocional e a disposição em lidar com pessoas sempre foram e continuam sendo mola propulsora para efetivação de uma carreira promissora. (SOUZA, 2022)

2.2 Desigualdade social

Dentro da discussão sobre desigualdade social, é crucial compreender:

A desigualdade figura entre os problemas clássicos das ciências sociais. É recorrentemente associada ao fenômeno da estratificação social por manifestar-se como arranjo hierárquico e desigual de posições, baseado em aspectos socialmente definidos como poder, propriedade ou prestígio. (EISENSTADT, 1995 apud FILHO, 2018)

O fato é que a desigualdade social é um dos mais relevantes problemas da sociedade brasileira. Apresenta-se como reflexo do arranjo institucional da sociedade e, uma vez naturalizada e reproduzida, reverbera sobre o encolhimento da solidariedade social e da convivência democrática. (Queiroz, 2018; Reis, 2000; Souza, 2004, 2015; Souza, 2016 apud FILHO, 2018)

“É crescente o consenso dentro dos governos e na academia que a desigualdade de renda é um dos principais problemas a ser enfrentado pelas nações atualmente.” (CAVALCANTE, 2020)

A temática se destaca nas agendas governamental e acadêmica também devido a sua forte relação com o desenvolvimento econômico, político e social das nações. Estudos demonstram que os efeitos da concentração de renda geram barreiras a processos desenvolvimentistas. (CAVALCANTE, 2020)

As desigualdades são resultado também das instituições e políticas públicas que as modelam, com diferentes dinâmicas e padrões nas regiões e países do mundo, envolvendo diferentes configurações de regras tributárias, legislação trabalhista e características do estado de bem-estar social. (CAVALCANTE, 2020)

“As relações entre pobreza e saúde são percebidas no cotidiano da sociedade brasileira, constituindo faces das desigualdades de um contexto social perverso.” (PITOMBEIRA, OLIVEIRA, 2020)

O conceito de igualdade, como parâmetro de análise sobre as origens das desigualdades econômicas, políticas e sociais entre os indivíduos foi insistente objeto de análise dos pensadores contratualistas e fundadores do pensamento liberal burguês, como Hobbes, em ‘Leviatã’; Locke, em ‘Dois tratados sobre o governo’, e Rousseau, em ‘O contrato social’. (FERREIRA, 2003 apud OLIVEIRA, 2015).

“Um país desigual, exposto ao desafio histórico de enfrentar uma herança de injustiça social que exclui parte significativa de sua população do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania” (BARROS et al., 2000)

2.3 ONG's

Enfrentando desafios complexos, as ONGs têm encontrado oportunidades inovadoras em diversas áreas como:

As organizações não-governamentais no Brasil atuam em diversas áreas, colaborando com o desenvolvimento da cidadania, expansão da democracia e nas práticas de políticas compensatórias, auxiliando a gestão pública com o intuito de minimizar os problemas sociais existentes no País. (ANDRADE, 2015)

“O desenvolvimento de uma ONG ou qualquer outro tipo de organização que transita no chamado Terceiro Setor é de permeabilidade com as necessidades do atual modelo de Estado.” (ANDRADE, 2015)

Nas últimas décadas, as ONGs têm crescido e se expandido por todo o território nacional, por meio de fundações e associações sem fins lucrativos, conhecidas como "Fasfil". São várias as filiações temáticas e missões institucionais com que essas instituições compõem nesse cenário. (GALVÃO, ARAUJO, 2018)

Devido à reestruturação do Estado frente à Constituição de 1988, chamada também de Constituição Cidadã, houve o aparecimento e ascensão das ONGs no Brasil e demais países em desenvolvimento por intermédio de ações populares em prol da solidificação da democratização política, tais organizações concentraram e ainda se concentram em serviços voltados a redução das desigualdades sociais, mais consolidadas em áreas carentes e subdesenvolvidas, e proteção dos direitos dos habitantes locais. (GOMES et al., 2019)

“Ocorre que na América Latina é frequente identificar como ONG uma classe especial de entidades que se dedica ao desenvolvimento participativo e sustentável e à construção e defesa de direitos” (OLIVEIRA, HADDAD, 2001)

“As denominadas ONGs se multiplicaram muito nos últimos 20 anos e passaram a desempenhar um papel mais importante e mais visível no campo educacional brasileiro” (GHANEM, 2012)

As ONGs são entidades privadas, sem fins lucrativos, com o objetivo de acrescentar ou mesmo melhorar algo em uma determinada sociedade; essas são compostas por pessoas privadas que possuem interesse público, com intuito de melhoria a algum campo da sociedade, o qual é merecedor de uma atenção especial do poder público. (SCHEID et al., 2010)

2.3.1 ONG's na legislação brasileira

O termo ONG não aparece na legislação brasileira, mas incluem as fundações e associações, as Organizações Cíveis de Direito Público, as Organização da

Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPS), que pelo fato de possuírem as mesmas características são consideradas como ONGs. As características são as seguintes: sem vínculo com o Estado; sem fins lucrativos; é de denotação solidária; as ações são de interesse público.

De acordo com o SEBRAE (2020, [ONLINE]) “pode-se dizer que toda Oscip pode ser uma ONG, mas nem toda ONG é uma Oscip”. Pois a Oscip é uma qualificação para as organizações de terceiro setor e não uma obrigatoriedade. Como definição de Oscip aponta-se que é uma qualificação legal.

Uma OSCIP é uma qualificação jurídica que se aplica a entidades privadas que atuam em diversas áreas e diferentes tipos de entidades privadas de interesse social atuando em áreas com características do terceiro setor, que podem ser típicas do setor público com interesse social, que podem ser financiadas pelo primeiro setor ou pela iniciativa privada sem fins lucrativos. (SEBRAE, 2019, [ONLINE]).

Como a legislação não se refere especificamente sobre as ONGs, mas define aspectos criteriosos que uma organização deve observar para ser reconhecida como sendo de interesse público, assim a lei de Nº 9.790/1999 declara:

Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências (Brasil, 1999).

De acordo com o ART.3º para ter direito a essa qualificação é necessário que tenham ao menos uma das seguintes finalidades:

- I - Promoção da assistência social;
- II - Promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- III - promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
- IV - Promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
- V - Promoção da segurança alimentar e nutricional;
- VI - Defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- VII - promoção do voluntariado;
- VIII - promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
- IX - Experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócios produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;

X - Promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;

XI - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;

XII - estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

XIII - estudos e pesquisas para o desenvolvimento, a disponibilização e a implementação de tecnologias voltadas à mobilidade de pessoas, por qualquer meio de transporte. (INCLUÍDO PELA LEI Nº 13.019, DE 2014). (Brasil, 1999).

Em 2014 foi sancionada a lei Nº 13.019/2014, estabelecida como o Novo Marco Regulatório das Organizações de Sociedade Civil (MROSC) onde consta o seguinte:

Art. 1º: Esta Lei institui normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação. (Brasil, 1999)

Diante do exposto é notável que as ONGs se deparam com um novo modo de agir, de acordo com a legislação, para que seja possível o funcionamento dos projetos, nas causas específicas que defendem.

2.4 O Estado

2.4.1 O Estado em relação as crianças e adolescentes na ONG

No artigo 227 de nossa Constituição Federal, é estabelecido que é responsabilidade da família, da sociedade e do Estado garantir, de forma prioritária, uma série de direitos fundamentais a crianças, adolescentes e jovens. Esses direitos incluem a preservação da vida, cuidados com a saúde, acesso à alimentação, oportunidades educacionais, momentos de lazer, possibilidades de formação profissional, enriquecimento cultural, preservação da dignidade, recebimento de respeito, desfrute da liberdade e a convivência familiar e comunitária. Além disso, o artigo estipula a proteção contra negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

2.4.2 A relação do Estado e ONG's

A relação entre o governo e as Organizações Não Governamentais (ONGs) variam de acordo com o lugar e depende das políticas e posturas governamentais vigentes. Em geral, as ONGs atuam de forma independente do governo, mas muitas

vezes colaboram em projetos, programas e políticas sociais. O governo pode fornecer financiamento, parcerias ou regulamentações para as ONGs, enquanto estas contribuem com serviços sociais, advocacia por causas específicas e apoio comunitário. No entanto, as relações podem ser influenciadas por políticas governamentais, ideologias e mudanças no poder político.

2.4.3 É possível viver apenas com o dinheiro da ong?

Para esclarecer tal questionamento Penido (2018) argumenta que é um equívoco comum a concepção de que o emprego em organizações não governamentais (ONGs) e associações se restringe somente ao voluntariado, sendo ilegal remunerar seus colaboradores. Entretanto, a realidade é que o trabalho em ONGs pode, de fato, ser compensado financeiramente, e os profissionais desse setor usufruem igualmente de direitos trabalhistas.

A escritora ainda menciona que, em 2015, a então presidente do Brasil, Dilma Rousseff, sancionou a lei nº 13.151/2015. Essa legislação assegura a remuneração dos dirigentes de associações de caráter assistencial e de fundações sem finalidade lucrativa, preservando, ao mesmo tempo, eles tenham que perder sua imunidade tributária, sendo relevante destacar, que nesse contexto, o beneficiário não pode participar de campanhas de natureza político-partidária ou eleitoral em suas diversas formas para que essa prerrogativa seja mantida.

Rosa Penido (2018) afirma que existem também outros requisitos para conseguir o benefício, que implica em cumprir algumas determinações:

- A remuneração deverá acontecer àqueles que estão atuando diretamente na gestão executiva;
- O valor a ser pago a cada um deles deverá corresponder com a faixa de mercado que já vem sendo praticada;
- A remuneração deverá ter o valor fixado através do conselho de deliberação e a decisão tem que estar registrada em ata.
- A divulgação dessa nova lei gera uma série de consequências positivas.

Além de a que as ONGs e as associações poderem contratar funcionários normalmente através do regime CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), porém, desde que seja formalmente registrado, e recolhendo as verbas trabalhistas.

2.4.4 Quais projetos em que as Associações e as ONGs realizam que o Estado pode ajudar financeiramente?

Uma forma de obter apoio financeiro do Estado é por meio das Parcerias Público-Privadas (PPPs), que conforme a Neto (2017) são contratos de longo prazo entre o poder público e o setor privado para a prestação de serviços públicos ou de interesse público, como saúde, educação, infraestrutura, meio ambiente etc. As PPPs podem envolver a transferência de recursos financeiros, bens ou direitos do Estado para as entidades privadas, que assumem os riscos e os custos da execução dos projetos.

Outra forma de receber ajuda do Estado é por meio dos termos de colaboração e de fomento, que para o AGO Social (2019) são instrumentos jurídicos que regulamentam a transferência de recursos públicos para as organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, que desenvolvem atividades de interesse público e social. Os termos de colaboração e de fomento são regidos pela Lei 13.019/2014, que estabelece os requisitos, as condições, os procedimentos e as formas de controle e prestação de contas das parcerias entre o Estado e as ONGs. E os termos de colaboração são aqueles em que o Estado define o objetivo e o plano de trabalho da parceria, e seleciona as ONGs que vão executá-lo. Já os termos de fomento são aqueles em que a ONG propõe o objetivo e o plano de trabalho da parceria, e solicita o recurso ao Estado.

Uma terceira forma de receber ajuda do Estado, é por meio das emendas parlamentares, que segundo o Portal da Transparência (2023) são recursos do orçamento público que podem ser destinados por indicação de deputados estaduais, deputados federais e senadores para apoiar projetos de interesse público em suas regiões de origem ou de atuação política. As emendas parlamentares podem beneficiar as associações e ONGs que atendem às exigências legais e aos critérios técnicos para a execução dos projetos.

Uma quarta forma de receber ajuda do Estado é por meio das leis de incentivo, que de acordo com a Incentiv (2021) elas são leis que possibilitam a doação de parte do imposto de renda devido ao Estado por pessoas físicas e jurídicas para projetos de interesse público em áreas como cultura, esporte, saúde, educação, assistência social, meio ambiente, entre outras. As leis de incentivo buscam estimular a participação da sociedade civil no financiamento de projetos de relevância pública, ao

mesmo tempo em que aliviam a carga tributária dos doadores e favorecem as entidades executoras dos projetos. Tais leis podem ter abrangência federal, estadual ou municipal, e cada uma delas estabelece suas próprias normas, limites e procedimentos relativos à inscrição, aprovação, captação e prestação de contas dos projetos.

2.4.5 Quanto ganham as pessoas que trabalham em uma ONG?

O salário médio de trabalhadores de ONGs pode variar bastante dependendo do cargo, da região e do tamanho da organização. De acordo com um estudo realizado pela Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), a faixa salarial média para trabalhadores de ONGs no Brasil é de 1 a 15 salários mínimos¹.

No entanto, é importante lembrar que essa é uma média geral e que os salários podem variar bastante dependendo do cargo e da região. Por exemplo, de acordo com o Guia da Carreira, o salário médio para profissionais de serviço social em ONGs é de R\$ 2.108,20. Já o salário médio de um diretor de ONG pode variar entre R\$ 4.063 e R\$ 30.895,17³.

2.5 OSCIP's

No contexto das entidades de interesse público, as OSCIPs assumem um papel essencial para:

A fim de qualificar juridicamente as organizações do Terceiro Setor, uma nova lei criou a figura da “Organização da Sociedade Civil de Interesse Público” (OSCIP), título que objetiva diferenciar aquelas instituições privadas de interesse público. (ALLES, 2006)

A partir do final da década de 80 e do início da década de 90, tornou-se comum no Brasil, especialmente entre os teóricos da Reforma do Estado, a expressão terceiro setor para designar o conjunto de entidades da sociedade civil de fins públicos e sem objetivo de lucro. (LEITE, 2003)

O desenvolvimento sustentável pode ser obtido através de ações sustentáveis, sendo estas realizadas diretamente através de parcerias com OSCIPs. O poder público, no desempenho de sua função administrativa, com relação às suas atividades básicas, tais como saúde, educação, moradia, segurança, proteção ao meio ambiente, não têm conseguido cumprir com seu papel. Neste sentido buscando-se dar soluções aos problemas, o poder estatal tem procurado valer-se de pessoas naturais ou jurídicas, quer de natureza pública ou privada que se encarreguem da prestação de determinados serviços. Propiciando desta forma o desenvolvimento do terceiro setor. (RILA, 2004)

Diferentemente das organizações sociais, a qualificação de uma pessoa jurídica de direito privado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, trata-se de ato vinculado a ser emitido pelo Ministério da Justiça, restrito às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos,

não vinculadas ao Poder Público ou a organismos do Estado, cujos objetivos sociais tenham pelo menos uma das seguintes finalidades. (CASALE, 2003)

“Os novos instrumentos jurídicos foram responsáveis por viabilizar a estratégia de cooperação do governo com o terceiro setor e o setor privado, ao longo dos últimos anos” (PECI et al., 2008)

2.6 CCA

Segundo Marcilio (2012) o CCA em uma esfera mais ampla pertence à Política Nacional de Assistência Social – PNAS e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS, do Ministério do Desenvolvimento Social. Sendo o SUAS um modelo de gestão para a execução dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais e tem como objetivo geral garantir o acesso da população a uma assistência social de qualidade. Assim nesse modelo, existe a união de forças para a criação de uma grande parceria nacional entre União, Distrito Federal, estados e municípios, para a construção de um sistema único e específico.

De acordo com a prefeitura de São Paulo em relação a sua área de Assistência Social e Desenvolvimento (2013) o Centro para Crianças e Adolescentes (CCA) vem a ser:

Desenvolvimento de atividades com crianças e adolescentes de 6 a 14 anos e onze meses, tendo por foco a constituição de espaço de convivência a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária. As intervenções devem ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social. Deve atender crianças e adolescentes com deficiência, retiradas do trabalho infantil e/ou submetidas a outras violações de direitos, com atividades que contribuam para ressignificar vivências de isolamento, bem como propiciar experiências favorecedoras do desenvolvimento de sociabilidades e prevenção de situações de risco social.

Segundo os Parâmetros de Ações Socioeducativas (SÃO PAULO, 2007), o CCA também é

um instrumento por meio do qual a Secretaria e as organizações conveniadas (...) assumem o compromisso na busca da garantia dos direitos sociais das crianças, adolescentes, jovens e famílias atendidos em seus programas e serviços. Dessa forma, ampliam oportunidades de acesso, desenvolvem competências e talentos dos grupos atendidos e proporcionam a eles uma nova condição de participação democrática e convivência social. (p. 9).

É foco do CCA também a atuação comunitária e com famílias dos usuários (crianças e adolescentes atendidos), como evidenciam algumas características dos CCAs que os Parâmetros (ibidem) apontam:

Devem facilitar o trânsito entre os diversos espaços e serviços de atendimento no território e na cidade, adotando ações em rede; o grupo

familiar constitui condição objetiva e subjetiva de pertencimento que deve ser considerada nos planos de trabalho na perspectiva de assegurar também às famílias ações de proteção. (p. 23).

Marcilio (2012) ressalta que os objetivos, do CCA busca assegurar espaços de referência tanto para o convívio grupal, quanto comunitário e social, a partir do desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo, de modo a ampliar o universo informacional, artístico e cultural das crianças e adolescentes, assim como também procuram estimular a participação na vida pública do território em que estiverem atuando e desenvolver competências para compreender de forma crítica a realidade social em que vivemos e do mundo com um olhar contemporâneo, e por fim, a busca incansável em contribuir para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional.

Marcilio (2012) ainda cita que para realizar seus objetivos, o CCA busca promover diferentes atividades e intervenções com crianças e adolescentes, (o que pode incluir crianças e adolescentes com algum tipo deficiência, ou retirados do trabalho infantil ou submetidos a outras violações tanto físicas, como verbais) visando a construção de um espaço de convivência para a sua formação, considerando seus interesses, demandas e potencialidades. Sendo assim, em sua visão as atividades e intervenções propostas pelos Centros de Crianças e Adolescentes procuram se basear em experiências lúdicas, culturais e esportivas, uma vez que elas possibilitam a expressão, a interação e a aprendizagem de crianças e adolescentes.

Para o autor o ambiente físico, do CCA dentro da tipificação nacional, deve conter:

Salas tanto para o atendimento individualizado, quanto para atividades coletivas e comunitárias, além de instalações sanitárias. Em todos os seus ambientes deve haver adequada iluminação, ventilação, limpeza e acessibilidade. O ambiente físico ainda poderá apresentar outras características, de acordo com a regulação específica do serviço, porém isso não foi determinado na tipificação nacional. Em termos de recursos materiais, a instituição deve apresentar materiais permanentes e de consumo, tais como mobiliário e computadores, além de materiais socioeducativos - dentre eles, artigos pedagógicos, culturais e esportivos - e, também, banco de dados de usuários, de benefícios e de serviços socioassistenciais. (Marcilio, 2012)

2.7 Terceiro setor

Para maior entendimento sobre o que de fato se trata o terceiro setor, faz-se necessário apontar alguns aspectos importantes sobre o primeiro setor, considerado o Estado e o segundo setor que são as organizações privadas e por fim, tem-se o

terceiro, onde estão as organizações privadas, mas que não objetivam a lucratividade. Para auxiliar no entendimento sobre os respectivos setores, Santos (2012) afirma que o primeiro setor é o poder público, ou seja, o governo, sendo este responsável pelas questões sociais, de caráter público, já o segundo está voltado para as empresas de iniciativas privadas, que buscam obter lucros através de produtos ou serviços prestados à sociedade, e o terceiro setor corresponde às instituições privadas, voltadas ao interesse social, mas que se diferencia por realizarem atividades sem que o foco seja a obtenção de lucros.

Cada setor contém suas particularidades que, mesmo atuando de forma distinta, complementam-se no exercício de suas responsabilidades dentro da sociedade e contribuem para o bem-estar e equilíbrio no desenvolvimento desta. Neste sentido, o primeiro setor busca desempenhar suas atividades a partir de uma lógica política de direitos e deveres, o segundo é baseado no técnico e no raciocínio compensatório, ou seja, para satisfazer às necessidades dos indivíduos as empresas ofertam o produto ou serviço e para aquisição de tais esses indivíduos dispõem de um certo valor monetário. Já do terceiro setor é esperado que as ações desenvolvidas pelas organizações que o compõe partam da perspectiva emancipatória e transformadora (INSTITUTO FONTE, [ONLINE, 2012]).

Existem alguns princípios que norteiam os três setores dentre os quais:

Primeiro Setor é o da igualdade: todos os cidadãos têm os mesmos direitos e deveres, perante a lei todos são iguais. O Segundo Setor está assentado na ética: toda troca tem que ser regida por um respeito mútuo, de maneira que satisfaça os interesses de ambas as partes metaforicamente, toda troca tem que ser ética, de maneira que seja feita com qualquer pessoa do mesmo modo com que é feita com um irmão ou familiar. O Terceiro Setor está (ou deve se manter) baseado no princípio da liberdade: as pessoas podem se reunir para discutir quaisquer assuntos e ideias que lhes interessarem, pois, essa liberdade é necessária para propiciar o surgimento de ideias criativas e renovadoras – em períodos de ditadura, as pessoas perdem o direito à livre associação e à liberdade de imprensa justamente para que não tenham acesso ou não difundam ideias que possam levar à mudança do sistema social vigente (INSTITUTO FONTE, [ONLINE, 2012]).

Portanto, entende-se que o desenvolvimento da sociedade acontece a partir da interação que ocorre entre os três setores e que as decisões tomadas por essas organizações geram impactos significativos na sociedade, provocando o seu equilíbrio ou o desequilíbrio, favorecendo ou não a população.

2.8 Serviço social

Na visão de Piana (2009) o Serviço Social do início do século XX, nasce como uma profissão prático-interventiva, através de várias instituições prestadoras de serviço que atendiam às necessidades sociais de uma sociedade excluída do acesso à riqueza. Tem-se, a partir de então, condições históricas e materiais que justificam e ampliam essas ações sociais, determinando a legitimidade de uma profissão.

A autora ainda afirma que a presença de um Estado que se redefiniria politicamente e assumia a tarefa de prestador de serviços sociais à população de baixa renda, fortalecia a dependência de uma parcela da população que se tornava destinatária dependente dos serviços sociais assistencialistas.

Segundo Lamamoto e Carvalho (1996), o Serviço Social é um tipo de especialização do trabalho coletivo, pois responde a determinadas necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais, no ato de produzir e reproduzir socialmente os meios de vida e de trabalho.

O desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais engendradas nesse processo determinam novas necessidades sociais e novos impasses que passam a exigir profissionais especialmente qualificados para o seu atendimento (IAMAMOTO; CARVALHO, 1996, p. 77).

No campo educacional, o Serviço Social surgiu em 1906, nos Estados Unidos, quando os Centros Sociais designaram visitadoras para estabelecer uma ligação com as escolas do bairro, a fim de averiguar porque as famílias não enviavam seus filhos à escola, as razões da evasão escolar ou a falta de aproveitamento das crianças e a adaptação destas à situação da escola. O mesmo trabalho ocorria na Europa junto ao campo assistencial que atendia as crianças abandonadas ou órfãs, mães solteiras, colocação em lares substitutos ou para adoção e serviços em instituições fechadas. Em vários países, ocorria o atendimento às crianças em suas famílias que não recebiam orientações necessárias para seu desenvolvimento e muitas eram vítimas de maus tratos por parte dos pais ou responsáveis. Outros trabalhos na área escolar eram especializados no setor da saúde, resolvendo problemas de aprendizagem relacionados à saúde dos alunos (VIEIRA, 1977, p. 67).

2.9 Captação de recursos no terceiro setor

Por sua vez, para Rothgiesser (2011, p. 2), Terceiro Setor seriam iniciativas “... privadas que não visam lucros, iniciativas na esfera pública que não são feitas pelo Estado. São cidadãos participando de modo espontâneo e voluntário, em ações que visam ao interesse comum.”

Agnes et al, (2011) corrobora com esta afirmação, pois ressalta que por meio das conceituações “o Terceiro Setor é classificado como aquele que possui atuação em uma esfera de atuação pública, não estatal, formada a partir de iniciativas voluntárias, sem fins lucrativos, no sentido comum”.

Grande parte das ONGs obrigam-se a investir nas formas de captação de recursos que estimulem a contribuição de pessoas, do governo e da iniciativa privada. Portanto, acredita-se ser essencial que estas reconheçam a relevância em realizar-se um planejamento de ações de captação de recursos por meio de projetos próprios. (ADULIS, 2002)

Segundo Tachizawa, a captação de recursos pode ser conceituada como:

Busca de recursos (não exclusivos, mas predominantemente financeiros) como forma de atingir a missão de uma entidade, implementando programas e projetos de organizações do Terceiro Setor. Conjunto de técnicas destinadas a organizar e a potencializar a busca de recursos. (TACHIZAWA, 2007, p. 303).

Em relação a esta citação, entende-se que a captação de recursos seja capacidade de obter receitas. Ainda Armani diz que:

As ONGs podem obter receitas próprias de forma regular por meio de contribuição de sócios e rede de amigos, prestação de serviços de forma remunerada, venda de produtos, ou ainda por meio de fontes de financiamento públicas, privadas e não governamentais nacionais e internacionais”. (ARMANI, 2003, p.143)

De acordo com o site vértice contadores “A captação de recursos para ONGs pode ser feita de diversas formas, como por exemplo a busca por doações individuais, coletivas e corporativas, além de eventos de arrecadações de alimentos, fundos e etc.”

Segundo o site Sua Pesquisa "As ONGs conseguem obter recursos através de financiamento dos governos, empresas privadas, venda de produtos e da população em geral (através de doações, campanhas etc.). Grande parte da mão de obra que atua nas ONGs é formada por voluntários e associados.”

E se tratando de recursos públicos, de acordo Albuquerque, (2006), as organizações do terceiro setor podem vir conquistar o apoio e financiamento de suas atividades pelo Estado. Além de captar recursos junto ao Estado, as organizações, desde 1996, podem receber a doação de recursos de pessoas físicas. As pessoas físicas podem contribuir doando dinheiro, produtos de higiene e limpeza e outros materiais. Além disso, podem colaborar com o trabalho voluntário nas ONGs.

Quando se trata de pessoas físicas, Albuquerque (2006) defende que é preciso reconhecer os diferentes perfis de colaboradores para a captação de recursos. Para o autor, os doadores possuem perfis diferentes, portanto, cabe à organização utilizar a estratégia que mais se adequar ao seu perfil.

Existem pessoas que se mobilizam quando acontecem grandes calamidades, e mesmo não sendo sócios da organização estão aptas a colaborar; há aquelas que só se mobilizam por campanhas desenvolvidas pelas rádios e TV (como o “Teleton” e o “Criança Esperança”), que, utilizando-se da afetividade e emotividade do ouvinte ou do telespectador, estimulam-nos a colaborar com as organizações. (ALBUQUERQUE, 2006).

Basicamente, conforme Abumanssur e Hardwick (2011) existem três principais fontes de renda identificadas pela maioria das organizações sem fins lucrativos: a) recursos governamentais; b) renda gerada pela venda de serviços (por exemplo, consultorias) ou produtos (camisetas, chaveiros, agendas etc.); e, c) recursos captados por meio de doações (de indivíduos ou instituições).

Portanto para Riffel e Klann (2001):

uma organização só obterá eficiência se tiver algum conhecimento de captação de recursos, tendo clareza de que a comunicação é fundamental para esta atividade. Sem a comunicação é difícil uma organização chamar a atenção da sociedade, estabelecer um relacionamento com essas pessoas, conseguir parcerias com as empresas e até mesmo obter apoio dos órgãos públicos. É importante que as organizações tomem consciência de que o investimento nesta área é essencial para o seu desenvolvimento e sustentação.

2.10 Responsabilidade social

O compromisso com a responsabilidade social pode ser explicado como uma:

Responsabilidade social pode ser definida como o compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico (...) A organização, nesse sentido, assume obrigações de caráter moral, além das estabelecidas em lei, mesmo que não diretamente vinculadas a suas atividades, mas que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável dos povos. Assim, numa visão expandida, responsabilidade social é toda e qualquer ação que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade. (ASHLEY, 2005, p. 6 e 7)

Smith (2017, p. 2) ressalta que “é raro encontrar uma empresa que não tenha algum princípio ou valor relacionado às questões sociais”. Com isso, tornou-se importante ferramenta estratégica, pois o tema está em evidência no meio corporativo. Vez que a responsabilidade social é um tema que se encontra em bastante destaque na agenda das organizações[...]

De acordo com Megginson, Mosley e Pietri Jr (1998) as organizações assumem sua responsabilidade social, desenvolvendo diversos programas, dentre eles: relações com os empregados, serviço ao público e à comunidade, proteção ambiental, defesa do consumidor, assistência médica e educacional, desenvolvimento e renovação urbana, cultura, arte e recreação.

Segundo Peter Drucker (1981) apud Ashley (2003, p. 7), atenta-se para o fato de que é justamente em razão da empresa ser bem-sucedida no mercado que aumenta a necessidade de atuação socialmente responsável, visando diminuir os

problemas sociais. Dessa forma, a responsabilidade social torna-se um fator significativo para que as organizações mantenham sua sustentabilidade.

Para Coutinho (2004) o Brasil nos últimos anos está diante de um mercado extremamente competitivo e as fundações empresariais tais como, Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE), a Fundação ABRINQ Pelos Direitos da Criança e do Adolescente (ABRINQ) e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (ETHOS) relacionam a melhoria da imagem da empresa em conjunto com ações sociais como um fator importante para a valorização concorrencial de seus produtos.

Pois conforme o Instituto Ethos (2021), a responsabilidade social exprime transformação de atitude, um entendimento de gestão empresarial com foco na qualidade das relações, ou seja, uma maneira de gerir os negócios da empresa, na qual a organização torna-se parceira e responsável pelo desenvolvimento social.

[...] assim a responsabilidade social consiste no estabelecimento de metas empresariais alinhadas com o desenvolvimento sustentável da sociedade, levando em consideração a preservação dos recursos naturais e culturais para as gerações futuras e pela promoção da redução das desigualdades sociais (CUSTODIO; MOYA, 2013).

Por sua vez Rafael (1997) e Ethos (2000) apontam que para os institutos/fundações, a responsabilidade social implica em diminuir o efeito das ações negativas das empresas, sobre a comunidade – como batizado pelo Instituto Ethos de "valorização da diversidade" -, ressaltada como uma vantagem na concorrência.

Coutinho (2004) destaca ainda que não podem faltar, no repertório (das empresas), alguns temas como: gênero, raça e etnia, portadores de deficiências, crenças e opiniões, idade (criança, adolescente e idosos), meio-ambiente, como se sabe, palavras-chave no linguajar das ONGs para tais projetos e ações sociais.

Adentrando o mundo acadêmico através da visão de Costa (2009) a escola também tem deveres como empresa, como por exemplo, cumprir com compromissos legais, e preocupar-se com o bem-estar dos seus colaboradores, estabelecer relações de parceria com seus fornecedores, e de contribuir para o desenvolvimento sustentável, além de ajudar a comunidade, a preservar o meio ambiente, visando as relações éticas e transparentes com o seu público em geral.

A autora ainda cita que envolver o educando, o público interno e externo nas questões e problemas sociais, que afetam consideravelmente a condição de vida das pessoas e do meio em que vivem, é, sem dúvida, um bem, não só para a escola,

enquanto instituição, mas para todos os indivíduos que dela fazem parte, e que cabe ao gestor da escola fazer com que essas novas práticas sejam vivenciadas de maneira construtiva, gerando formas de conscientização e comprometimento.

2.11 Planejamento estratégico

Na visão de Pereira (2010), o planejamento estratégico é um processo que envolve a avaliação sistemática das competências (pontos fortes) e incompetências ou áreas de melhorias (pontos fracos) da organização, bem como das oportunidades e ameaças presentes no ambiente externo, sendo o seu propósito formular estratégias e ações estratégicas para ampliar a competitividade e a eficácia resolutive da organização.

O planejamento estratégico é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento e crescimento das organizações, possibilitando o direcionamento das ideias, forças, recursos e resultados, tornando os investimentos mais seguros. O planejamento estratégico realizado corretamente consegue assegurar e obter benefícios para a organização, em diferentes aspectos como: lucratividade, destaque e retorno sobre investimentos. (RIBEIRO, 2020)

Para Ribeiro (2020) as ONGs enfrentam o desafio de encontrar formas de gestão que assegurem a sua sustentabilidade, pois a busca por mais eficiência tem feito com que a gestão estratégica das ONGs se aproxime dos modelos usados pelas empresas privadas. As ONGs, apesar de estarem no mesmo contexto das outras organizações e sofrerem as mesmas influências, têm algumas particularidades que marcam a sua gestão.

O autor ainda cita que vários aspectos podem influenciar na forma de gerenciamento das ONGs, como por exemplo, as diferentes dimensões culturais, a possibilidade de estarem situadas em áreas de conflito ou de risco político e o desenvolvimento de diferentes tarefas.

Segundo Tachizawa (2012), as ONGs precisam de um modelo de gestão estratégica que considere os elementos que fazem parte da administração de entidades sem fins lucrativos, esses elementos incluem aspectos como as parcerias, a gestão de pessoas, as estratégias financeiras, as tecnologias da informação, a estrutura organizacional e os indicadores de gestão aplicáveis às ONGs.

Segundo Tenório (1997), o planejamento estratégico consiste em um planejamento que abrange a visão geral, integrada e de longo prazo da organização, fundamentada na análise do cenário. O autor propõe seis passos para o

desenvolvimento do planejamento estratégico: o estabelecimento da missão, a avaliação do ambiente externo, e do avaliação do ambiente interno, a formulação de metas, a formulação de estratégias e elaboração ou redação do plano.

O planejamento estratégico, de acordo com Oliveira (2009), O planejamento estratégico pode ser definido como um processo administrativo que permite aos gestores determinarem a melhor orientação a ser adotada pela empresa, buscando a obter um relacionamento aprimorado e contínuo na interação da empresa com o ambiente em que se insere.

Segundo Ribeiro (2010), todos esses modelos têm em comum o objetivo final, que no caso é a elaboração um plano estratégico, sendo ele o documento que sintetiza o processo de planejamento estratégico. A linha de pensamento dos autores de cruzam, quando concordam que o monitoramento e o controle permitem verificar a adequação entre o planejado e o executado, possibilitando assim que sejam tomadas medidas para corrigir eventuais desvios.

Para Stoner & Freeman (1992, p. 136) alguns benefícios que objetivos bem definidos que um planejamento estratégico podem estar trazem à organização:

- Dão uma direção clara e evitam o perigo de caminhar sem destino apenas reagindo ao contexto;
- Aumentam a motivação das pessoas para vencer os obstáculos inevitáveis;
- Organizam os esforços – recursos escassos podem ser alocados às prioridades estabelecidas;
- Orientam os planos e as decisões – as ações serão diferentes conforme eles;
- Auxiliam a medir os avanços – ligação com a função de controle.

Além dos benefícios específicos, o Planejamento Estratégico também traz benefícios relacionados ao processo em si. De acordo com Bryson & Alston (1996, p. 4-5), alguns desses benefícios são:

- Melhoria da performance organizacional – a organização aumenta sua capacidade de cumprir sua missão e de se adaptar às mudanças rápidas do ambiente;

- Otimização dos recursos – a organização alcança os mesmos resultados ou melhores com menos custos;
- Aprimoramento do conhecimento e do aprendizado – a organização compreende melhor sua situação e desenvolve um framework estratégico para orientar suas ações, entre outros.

2.12 Prestação de contas

Conforme Oliveira (2009) o ato de prestação de contas das organizações sem fins lucrativos pode ser entendido como a maneira que a organização tem de demonstrar que cumpriu sua missão, ou seja, ela fez tudo aquilo em que se propôs, aplicando corretamente os recursos que lhes foram destinados, comprovando que realizou o sem cargos aos quais estavam sob sua responsabilidade, além de estar justificando o uso dos recursos obtidos através da confrontação de suas receitas e despesas, atendendo às exigências legais, morais e contábeis.

Segundo o site km solidário:

“[...] a gestão de uma ONG ou de qualquer outra associação sem fins lucrativos tem o dever (ou melhor: a obrigação) de demonstrar, justificar e tornar público não apenas o resultado da administração dos seus recursos financeiros, mas também o impacto social provocado pelas ações desenvolvidas pela organização.”

Ainda de acordo com o site km solidário:

“[...] prestar contas implica elaborar, organizar, reunir e divulgar um amplo conjunto de documentos que permitam aos associados, colaboradores, investidores, beneficiários, à comunidade e, obviamente, ao poder público verificar se a entidade cumpre de forma correta com os seus compromissos de acordo com a lei.”

Conforme o artigo da ciegesi “Para identificar as origens de recursos é fundamental para a continuidade das entidades sem fins lucrativos, não somente detectar as origens e também a manutenção da mesma.”

Oliveira (2009) ainda diz que existem dois tipos de prestação de contas: A prestação de contas financeira e a prestação de contas não financeira. Onde a primeira se refere à forma, ao destino, ou até mesmo à distribuição e a uso dos recursos financeiros, já a segunda tem o seu foco nos resultados obtidos com a aplicação de recursos, ou seja, os resultados obtidos em relação à missão da organização, da sua atividade final.

Trow (1996) destaca duas dimensões do ato de prestação de contas (accountability), que merecem ser consideradas: A primeira é a distinção entre interna e externa e a segunda é a distinção o entre legal e financeira, de um lado, e a moral de outro.

- A prestação de contas externa refere-se à obrigação de garantir a que mêm tá dando suporte à instituição e à comunidade, de analisar se a organização está seguindo sua missão de maneira crível, se os recursos estão sendo usados honestamente e responsabilmente e se está atingindo legitimamente as expectativas.
- A prestação de contas externas é como uma auditoria, dando motivos de confiança e contínuo apoio às atividades. Prestação de contas interna, no entanto, seria a responsabilidade das pessoas dentro da organização, umas com as outras, de informar como as várias partes estão levando acabo sua missão, como estão agindo para a melhoria da organização. É uma análise feita pela organização sobre as suas próprias operações.

“Através da realização da Prestação de Contas, os financiadores das entidades saberão como estão sendo utilizados os recursos concedidos por eles” (MILANI FILHO, 2004).

Segundo Gimenes (2010, p. 137), o TCU declara que “[...] a metade das prestações de contas dessas entidades apresenta irregularidades e erros”.

2.13 Gestão de direitos humanos

Na gestão de direitos humanos, é imperativo que:

Há delimitado, diversos grupos considerados vulneráveis. Dentre eles temos: mulher, criança e adolescente, idoso, pessoas com deficiência, LGBT, indígenas, refugiados, afrodescendentes, dentre outros. Os de maior abordagem são os acima listados, posto que o contexto de vulnerabilidade a que estão inseridos, está intimamente interligado em sua interação social, ou seja, incidem vários fatores internos da sociedade que os qualificam. Ensejando à desigualdade destes grupos, derivados do próprio senso crítico social a que fazem parte (BELTRÃO, FILHO, GÓMEZ, PAJARES, PAREDES, ZÚÑIGA, 2014).

Identifica, portanto, que no Brasil, as garantias dos grupos vulneráveis se alastram, e muitas vezes inovam em definir parâmetros não discutidos ou que não consagram tamanha importância, em ordem internacional. Princípios que repercutem no ordenamento jurídico e conseqüentemente na ideologia social, ao passo que ao integrar formas de agir e pensar, baseados na positivação legal, geram-se condicionamentos, que posteriormente serão repassados e

aderidos culturalmente (BELTRÃO, FILHO, GÓMEZ, PAJARES, PAREDES, ZÚÑIGA, 2014).

2.14 Gestão de recursos humanos

“Sem as organizações e sem as pessoas que nelas atuam não haveria GRH” (Chiavenato, 1995, p. 19). Segundo este autor, a Gestão de Recursos Humanos (GRH) é uma especialidade que surgiu através do crescimento das organizações, e com a complexidade das tarefas organizacionais, sendo responsável pelo adequado provisionamento, pela integração, pela manutenção e pelo desenvolvimento das pessoas que compõem as organizações.

Para Toledo (1986, p. 8) os recursos humanos dentro de uma empresa são “um conjunto de princípios, estratégias e técnicas que visa contribuir para a atração, manutenção, motivação, treinamento e desenvolvimento do patrimônio humano de qualquer grupo organizado”. Gerenciar adequadamente os integrantes dos quadros técnicos e operacionais de uma organização resulta um melhor rendimento, ou seja, os investimentos se tornam rentáveis (BERENGUER, 2000).

De acordo com Milkovich e Boudreau (2000), quando uma empresa necessita diretamente da contribuição de cada um dos indivíduos que compõem o corpo empresarial, se faz necessária a implementação da Gestão de Recursos Humanos (GRH). Utilizar apenas de administração de recrutamento, de seleção e demissão não possibilita atenção às pessoas que farão parte da empresa, e assim o GRH surge para gerenciar a entrada dos trabalhadores, bem como suas experiências e formação que proporcionarão um melhor desempenho nas atividades realizadas no local de trabalho, além de proporcionar valorização de cada um dos indivíduos no processo.

Na visão de Chiavenato (2005, p. 11), à importância da gestão de pessoas, ou seja, GRH, se faz presente:

Quando uma organização está voltada para as pessoas, a sua filosofia global e a cultura organizacional passam a refletir essa crença. A gestão de pessoas é a função que permite a colaboração eficaz das pessoas para alcançar os objetivos organizacionais e individuais. Os nomes – como departamento pessoas, relações industriais, recursos humanos – são utilizados para descrever a unidade, departamento ou equipe relacionada com a gestão de pessoas. Cada qual reflete uma maneira de lidar com as pessoas. O termo Administração de Recursos Humanos (ARH) ou (RH) ainda é o mais comum de todos.

Tratando-se da evolução da Gestão de Recursos Humanos e partindo das suas práticas e políticas, Barbosa (2005) apresenta três perspectivas de sua análise, a tradicional, a intermediária e a moderna, sendo:

- A perspectiva tradicional: baseada na aplicação de instrumentos e processos funcionais, como: seleção e recrutamento de pessoas; treinamento; avaliação no desempenho; gestão de carreiras e qualidade de vida no trabalho.
- A perspectiva intermediária: caracterizada pelo aprofundamento das técnicas utilizadas na perspectiva tradicional, com um menor percentual de dificuldades e problemas.
- E a perspectiva moderna: se caracteriza pela utilização de trabalho acadêmico e estímulo profissional, através de objetividade, destinado à formação das políticas e processos com estratégias empresariais.

Veza que, percebe-se o quão a GRH é fundamental para todas as organizações, no entanto, segundo Akingbola (2006), nas Organizações Sem Fins Lucrativos (OSFL), tem uma importância acrescida, por três razões:

- Devido ao carácter dos serviços prestados pelas instituições sem fins lucrativos, estas não podem substituir os seus trabalhadores com investimentos em capital físico (máquinas). Onde, os empregados são o ativo mais importante destas organizações.
- A motivação dos empregados advém de fatores intrínsecos, como a crença na missão da instituição, a oportunidade de fazer o bem, e a participação na tomada de decisões. Estes fatores são muito importantes no recrutamento, retenção e motivação dos trabalhadores do sector não lucrativo.
- Devido à necessidade de prestação de serviços, limitada pelas alterações ao nível do financiamento, os empregados tornam-se nos parceiros mais importantes na concretização da estratégia destas organizações (Akingbola, 2006: 1708).

No entanto, o autor cita Miles e Snow (1984) para explicar três problemas fundamentais, ao nível da GRH, com os quais as organizações não lucrativas têm que lidar, designadamente:

- Problema empresarial que avalia os conhecimentos e competências disponíveis na organização e na Sociedade. Considera-se aqui se os funcionários da organização e voluntários possuem as competências necessárias para o desenvolvimento do serviço;

- Problemas de engenharia, referindo-se à combinação ideal de funcionários e voluntários da organização na prestação de serviços;
- Problema da gestão, que implica a incorporação das práticas da GRH, de modo a reforçar os conhecimentos dos funcionários, de forma que possam contribuir para a satisfação dos objetivos das organizações.

Fernandes (2012) ressalta que os gestores das organizações sem fins lucrativos têm vindo a perceber que a estratégia pode melhorar o desempenho da Instituição e garantir a sua sobrevivência. Da mesma forma, cada vez mais, a literatura reconhece a necessidade de desenvolvimento de uma estratégia que permita, acima de tudo, refletir sobre o funcionamento do setor.

2.15 Comunicação e sensibilização

De acordo com SCIVOLETTO, Sandra. et al. (2009) As alterações de comportamento dos jovens, como agressividade física e verbal, inúmeras vezes, pareciam substituir o comportamento e a comunicação que já estavam socialmente estruturados. Com sessões psicológicas ou mesmo a orientação com esses jovens para explicar que com a comunicação eles conseguiram o respeito e atenção das outras pessoas, sem precisar de um comportamento grosseiro e agressivo, e para isso é necessário a sensibilização para com esses jovens.

Segundo o jornal da USP, as crianças e adolescentes precisam ter uma voz ativa, para assim, terem até mais segurança e pra no futuro terem como resultado um povo pronto para debater e opinar. A pós doutoranda (CLAUDIA,2022) ressalta que é uma questão de cidadania ensinarmos nossos jovens a terem uma boa comunicação, afinal com isso eles possuíam mais conhecimento sobre si, e se enxergaram como cidadãos ativos e com voz da nossa sociedade.

De acordo com ADRIANA. et al.(2022) A adolescência é considerada um período no qual ocorre um incremento nos confrontos entre pais e filhos. Objetivou-se, então, conhecer como os adolescentes avaliam a comunicação que estabelecem na família... Os adolescentes também informaram ter um bom nível de comunicação em casa, sendo que 96% consideram a comunicação familiar como algo muito importante.

(Blos, 1996; Osório, 1992; Aberastury & Knobel, 1990) Alegam que a literatura está repleta de registros indicando que a comunicação em uma família com filhos

adolescentes se caracteriza por um acréscimo nos confrontos entre pais e filhos. Este fenômeno ocorre em função de que passa a haver um maior questionamento do filho adolescente com relação às regras, valores e crenças familiares

2.16 Gestão de acolhimento

O artigo feito pela (TECHER.et al.,2016) aborda o desafio atual do processo de reordenamento institucional, enfrentado pelas entidades de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, visando construir formas de gestão consistentes com a defesa e a promoção da cidadania.

Com base num estudo feito pela (UTFP, 2019) que propôs ações buscando o aperfeiçoamento do processo intersetorial no acolhimento institucional de crianças e adolescentes em Curitiba. Com as análises realizadas, tornou-se possível elencar os seguintes eixos com intervenções necessárias à qualificação do processo intersetorial no Acolhimento Institucional de crianças e adolescentes em Curitiba: I) a interrupção do ciclo de violência institucional; II) a garantia do direito à convivência familiar e comunitária; III) a atuação preventiva; IV) a qualificação dos serviços ofertados; V) a qualificação das ações setoriais; VI) a expansão das modalidades alternativas de acolhimento; VII) o desenvolvimento de estratégias intersetoriais.

2.17 Governança e estrutura organizacional

Este artigo feito pela (REVISTA VISÃO, 2018) apresenta uma análise conceitual de estrutura organizacional e uma síntese do sistema cooperativista. Leva em consideração temáticas organizacionais de forma a evidenciar as estruturas modernas relatando sobre as práticas de governança, que, contemporaneamente, têm ganhado destaque no universo corporativo, quando o assunto é gerenciamento das organizações e redução de riscos. Este estudo tem por objetivo verificar de que forma os conceitos de estrutura organizacional e governança podem ser desenvolvidos em uma organização cooperativista e que influências essas definições trazem para o ambiente da organização. Metodologicamente, engendra-se como um estudo de caso, descritivo com abordagem qualitativa, sendo estruturado em aspectos conceituais, contextuais e embasados na coleta de dados, que ocorreu por intermédio de pesquisa in loco. Os dados coletados evidenciam que a cooperativa estudada deve instituir, de forma objetiva e consensual, programas de capacitação com o programa de formação de dirigentes e conselheiros na área de capacitação em governança cooperativa e

gestão de cooperativa. Conclui-se que o desafio de uma mudança na estrutura organizacional, e na própria cultura, parte dos cooperados e gestores que devem buscar o desenvolvimento ou ampliação dos processos e as práticas referentes à tomada de decisões, otimizando a comunicação e a relação dos envolvidos, aperfeiçoando o conhecimento da gestão, e maximizando a transparência dos administradores e do próprio negócio.

2.18 Avaliação de necessidade e impacto social

Dentre as necessidades mais básicas, encontram-se: as fisiológicas – fome, sono etc.; as de segurança – ordem, estabilidade etc.; as de amor e pertinência – afetos, família, amizade etc.; as de estima – autorrespeito, aprovação, etc.

Além dessas necessidades básicas, “todo indivíduo tem necessidades de crescimento: uma necessidade de desenvolver seus potenciais e capacidades e uma necessidade de autoatualização [sic]” (FADIMAN & FRAGER, 2002, p. 268).

As capacidades mais elevadas do ser humano só podem ser desenvolvidas a partir do momento em que suas necessidades mais fundamentais estão saciadas. De acordo com Maslow (1968, p. 208):

2.19 Direitos humanos e ética

Segundo à pesquisa feita pelo jornal da USP (2022), a pós-doutoranda que fez a pesquisa afirma através de uma das pensadoras mais influentes, (HANNAH ARENDT) que as crianças e jovens devem ter voz ativa, para terem mais conhecimento sobre seus direitos e assim poder exercitá-los da melhor forma.

De acordo com a FMD (Fundação Escolar Superior do Ministério Público,2022) tanto as crianças quanto os adolescentes devem ter acesso aos direitos a vida; saúde; liberdade; respeito; educação; cultura; lazer; direito ao profissionalismo e proteção ao trabalho.

São considerados vulneráveis, todo aquele que não detém representação política igualitária aos demais indivíduos, e que muitas vezes tendem a sofrer discriminação social, por seu gênero, cor, etnia, etc. MAZZUOLI (2015) delimita: “por demarcarem sua singularidade no meio social (...), sendo grupos de pessoas com uma identidade coletiva própria, que os torna “diferentes” dos demais indivíduos no âmbito de um mesmo Estado”. Por esta explicação fundamenta-se a proteção internacional,

para, até mesmo garantir a primazia constitucional do artigo 5º, que descreve: “todos são iguais perante a lei” (MAZZUOLI, 2015, p.259).

Há delimitado, diversos grupos considerados vulneráveis. Dentre eles temos: mulher, criança e adolescente, idoso, pessoas com deficiência, LGBT, indígenas, refugiados, afrodescendentes, dentre outros. Os de maior abordagem são os acima listados, posto que o contexto de vulnerabilidade a que estão inseridos, está intimamente interligado em sua interação social, ou seja, incidem vários fatores internos da sociedade que os qualificam. Ensejando à desigualdade destes grupos, derivados do próprio senso crítico social a que fazem parte (BELTRÃO, FILHO, GÓMEZ, PAJARES, PAREDES, ZÚÑIGA, 2014).

As políticas públicas de proteção à mulher, no Brasil, só foram incorporadas de fato, devido a pressão da Comissão Interamericana Dos Direitos Humanos, em exigir que o Brasil adequasse sua legislação, afim de afirmar tais garantias. Visto que já existiam, no âmbito internacional a segurança a estes direitos, descrita pela Declaração e Programa de Ação de Viena de 1993. Adiante, o Brasil tratou-se de adequar suas estatuto normativo, criando assim a Lei nº11.340/2006 conhecida por Lei Maria Da Pena. Tendo este avanço ocorrido, após o caso de violência doméstica a Sra. Maria da Pena Maia Fernandes, que prestou queixa contra o Brasil no sistema interamericano (CAMPOS, 2011). Agregado a ascensão pela adoção da Lei Maria da Pena, o Brasil, em 2015 instituiu a Lei n.13.104, tratando-se do feminicídio, arrolando ainda como circunstancia qualificadora, no dispositivo legal criminal brasileiro - Lei nº 8.072/1990, que trata dos crimes hediondos. O feminicídio trata dos casos de violência ou morte por razoes de gênero, situações de inferioridade, praticado por qualquer um dos gêneros, contra a mulher em situação vulnerável, casos de violência familiar e doméstica (MAZZUOLI, 2015). Destaque outro grupo de relevante importância, que detém o alcance das políticas públicas afirmativas no Brasil, são os idosos. Grupo que logrou direitos e proteção, visto que, no âmbito internacional, os direitos públicos dos idosos, são considerados soft law, podendo ser apontado como uma proteção implícita, ou seja são resguardados, todavia não tendem ao destaque e relevância comparado a uma hard law, fator inovado pelo Brasil, ao propor em 2012, ao Conselho de Direitos Humanos, que fosse reconhecido os direitos humanos dos idosos (PIMENTA, 2018). A Lei 10.741/2003, do Estatuto do Idoso, descreve preceitos fundamentais de respaldo para que o mesmo possua o direito a uma vida digna, com

qualidade, dignidade e amparo social e familiar. Reitera Paulo Alves Franco (Estatuto do Idoso, 2005, pág. 13) que a Lei 10.741/2003 visa amparar o idoso com mais de 60 anos, dispensando-lhe maior atenção. Ao criar o Estatuto do Idoso, na verdade, concedeu nova coletânea de normas legais diversas, abrangendo integralmente. Houve, por assim dizer, uma fusão de princípios buscados na Constituição Federal, Decretos, Leis Ordinárias, Códigos, regulamentos e Normas Técnicas (BOAS, 2007). Os direitos humanos da criança e do adolescente, comporta dois quesitos, a proteção a sua integridade física e moral, enquanto indivíduo em desenvolvimento, e a garantia educacional que deve ser concedida nesta fase. Ambos os tópicos devem trabalhar juntos, para a melhor garantia de que a criança ou jovem tenha formações adequadas na transição a vida adulta, assegurando a formação moral, ética, caráter social, dentre outros. Assim, para defesa interna destes direitos, tem-se o ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente, descrito na Lei nº8.069/1990 (CUSTÓDIO, 2007).

O ECA, é uma segurança jurídica, de prioridade absoluta, visando o amparo aos direitos e deveres, protegendo por exemplo de trabalhos insalubre, trabalho noturno, concedendo certos direitos previdenciários, assegurando a saúde, direitos quando o menor houver cometido atos infracionais. Ou seja, abrangem ampla e integralmente a situação da infância e juventude. Mazza define a relevância comparado ao código anterior “De fato, o Código anterior não passava de um “Código Penal do Menor” travestido em sistema tutelar, cujas medidas eram verdadeiras penas disfarçadas de medidas de proteção (MAZZUOLI, 2015). E reforça: Assim a edição do Estatuto da Criança e do Adolescente representou um reforço extraordinário às garantias já postas pela Constituição de 1988. (...) Consagrou-se, dessa maneira e vez por todas, a doutrina da “proteção integral, que irradia luzes para todos os assuntos relativos a crianças e adolescentes no Brasil (MAZZUOLI, 2015 p.284).

Identifica, portanto, que no Brasil, as garantias dos grupos vulneráveis se alastram, e muitas vezes inovam em definir parâmetros não discutidos ou que não consagram tamanha importância, em ordem internacional. Princípios que repercutem no ordenamento jurídico e conseqüentemente na ideologia social, ao passo que ao integrar formas de agir e pensar, baseados na positivação legal, geram-se condicionamentos, que posteriormente serão repassados e aderidos culturalmente (BELTRÃO, FILHO, GÓMEZ, PAJARES, PAREDES, ZÚÑIGA, 2014).

2.20 Gestão de crises

Segundo (AVILA,2005) abordar nesse artigo, por intermédio de uma revisão bibliográfica, como as teorias psicológicas caracterizam as mudanças vivenciadas pelos adolescentes. Vários autores se referem à adolescência como um período de "tempestade e tormenta", reforçando a visão de instabilidade do jovem. A grande maioria muda a forma de se relacionar com esse jovem, exigindo responsabilidades que nunca foram ensinadas, porém não reconhecendo esse adolescente como alguém que cresceu, que amadureceu, e que deve ser tratado com respeito quanto às suas opiniões e desejos. Portanto, tem-se por objetivo questionar a imagem de "tempestade e tormenta" imputada ao adolescente, argumentando que esse período de desenvolvimento existe em virtude de se negar em aceitar esse jovem como podendo ser responsável por seus atos; que os conflitos existenciais da adolescência normalmente aparecem como problemas entre o sujeito e a sociedade, pela indeterminação de um lugar no universo social.

Como mencionado no (RIOBRANCO, 2023), ao longo dos anos, as crianças vivenciam diferentes fases de crescimento, com novidades físicas e comportamentais, que devem ser acompanhadas e apoiadas pela família. A adolescência é um período muito comentado entre os pais e educadores, já que, normalmente, é nesse momento que os indivíduos passam por grandes mudanças e crises. Em suma, os pais precisarão acompanhar de perto essa fase do filho, oferecendo muita paciência e ajuda para as frustrações. O diálogo é sempre o melhor caminho, mas aprenda a não "sufocar" a criança, dando espaço para ela também aprender sozinha e desenvolver certa independência

Anna Freud caracterizava a adolescência como um período de desequilíbrio psíquico e comportamento instável em virtude dos conflitos internos associados à maturação sexual. Assim, a revolução ocorrida nesta fase era apenas uma manifestação externa dos ajustamentos ocorridos internamente.

A expressão "crise de Identidade" foi apresentada por Erik Erikson (1976) para explicar o momento de incerteza quanto as mudanças que se fazem presentes na adolescência, tornando-se reconhecida como um momento característico do desenvolvimento humano.

2.21 Tecnologia e inovação para o impacto social

A inovação social segundo (MOULAERT et al., 2005) surge como um conceito amplo amparado nas necessidades humanas e na busca por alternativas que minimizem condições negativas de vida, como exclusão social, desemprego, educação desqualificada, alta criminalidade, ecossistema degradado, entre outros.

Como está no artigo feito por (KUNCHER et al., 2016) a inovação social no âmbito escolar, sobretudo aquele voltado para a população vulnerável, pode potencializar metodologias e práticas que melhorem a qualidade da aprendizagem. Entretanto, a realidade demonstra que a inovação social está pouco presente em organizações que trabalham com tal público.

Assim, as inovações sociais tornam-se fontes de mudança social e podem contribuir para o surgimento de um novo modelo de desenvolvimento (CLOUTIER, 2003).

Segundo o que está escrito também no artigo de KUNCHER, Criado em 1986 pelos pesquisadores Benoit Lévesque e Paul R. Belanger, o Centro CRISE é estruturado em 4 eixos, voltados à análise, pesquisa e estudo da dimensão das inovações sociais e sua inserção no processo de transformação social (CRISES, 2010).

2.22 Desenvolvimento na infância e adolescência

Segundo Marcondes (1980), desenvolvimento é o aumento da capacidade do indivíduo em realizar funções cada vez mais complexas. Desenvolvimento infantil é um processo que se inicia na vida intrauterina e envolve o crescimento físico, a maturação neurológica e a construção de habilidades relacionadas ao comportamento, visando tornar a criança competente para resolver às suas necessidades a às do seu meio.

“É importante para aqueles que lidam de alguma forma com um ‘ser em formação’ buscar compreender o processo do desenvolvimento humano, e isso vale para os pais também”, afirma a psicopedagoga Monique Gonçalves.

Para Piaget (1980), o aprendizado é construído pela criança durante sua relação com objetos e pessoas. Essa ideia é a base da teoria chamada construtivismo. Cada nova descoberta é assimilada e acomodada junto ao que a criança já conhecia

do mundo, tornando-o cada vez mais amplo. Gradualmente, as relações se formam e as coisas começam a fazer sentido na cabeça da criança.

De acordo com Piaget (1980) o desenvolvimento humano é dinâmico, com mudanças biológicas e psicológicas que permitem que a criança adquira novos comportamentos e também modifique os antigos. Com isso o desenvolvimento neuropsicomotor corresponde à aquisição progressiva de capacidades motoras e psicocognitiva de modo ordenado e sequencial.

“Os primeiros anos de vida são muito importantes devido á intensa atividade cerebral, fruto da interação entre as características biológicas e as oportunidades de experiência dos indivíduos. A intensa neuroplasticidade nesse período é também responsável por melhores prognósticos, se a intervenção ocorrer precocemente”. (RESENDE, 2019, p.184)

“A criança possui várias fases de desenvolvimento até chegar à vida adulta e essas fases devem ser respeitadas por todas as pessoas que têm ou terão influência nesse desenvolvimento (pais, familiares, professores e funcionários da escola em que a criança está estudando”. (PIAGET, 1978)

De acordo com, (Ahnert & Schneider, 2007; Barnett et al., 2009; Brutsaert & Parra, 2006; Busseri et al., 2006; Raudsepp & Pãll, 2006; Stodden et al, 2008) diversos estudos corroboram a existência de períodos críticos ao demonstrarem uma forte relação entre a coordenação motora na infância e nos anos de vida posteriores, além de maiores índices de prática de atividade física em indivíduos fisicamente ativos desde a infância, ou seja, parece que os primeiros anos de vida compõem um período crítico tanto para a aquisição de habilidades motoras quanto para a adesão à prática de atividades físicas.

Segundo o artigo feito por (ALESSANDRO, 2011) Na adolescência, o ritmo de maturação biológica, em conjunto com as experiências anteriores, resulta numa grande variabilidade no desempenho motor. Assim, programas de treinamento nessa faixa etária devem avaliar ambos os fatores. Idealmente, no período pós-pubertário, o adolescente deveria possuir um excelente padrão coordenativo e cognitivo (tomada de decisão), para que assim fosse priorizado o treinamento da força, velocidade e resistência, levando-se em consideração a especificidade de determinada modalidade esportiva.

2.23 Intervenções Psicossociais

Para Padoin (2010) falar em vulnerabilidades sociais não significa necessariamente indagar acerca da condição financeira do indivíduo, ou de sua flagrante situação de pobreza ou, ainda, ignorância cultural, mas sim observar os mais variados espectros que se aglomeram ao seu redor, tais dificuldades para se obter qualificação, conseguir um emprego, dificuldades de adaptação e de inserção social, enfermidades, violência, preconceito etc.

E através de tais situações devem segundo Delfini PSS e Reis AOA (2012) ter a atenção voltada à saúde mental de crianças e adolescentes, bem como o seu reconhecimento como uma questão de saúde pública, é recente e tem sido considerada como um dos principais desafios da Reforma Psiquiátrica Brasileira. Diante destes contextos ressalta que a criança e ao adolescente também são dignas de atenção, e necessitam a cada instante de compreensão e estímulo para alcançar um desenvolvimento biopsicossocial satisfatório, vez que são deixados de lado tais fatores mediante a sociedade, mas o CCA se fundamenta na ideia de que para garantir a esses sujeitos direitos de acesso a todos os cuidados essenciais e fundamentais, precisam de acesso à saúde, à educação, à proteção social e garantia de direitos.

Afirma HECKMANN (2009) onde os riscos e as dificuldades aos quais as crianças e adolescentes são submetidos interferem significativamente na formação e é a partir daí que começa a surgir a grande divisão, fazendo com que a desigualdade se perpetue nas gerações posteriores. Porém não é isso que buscamos.

Se olharmos ao texto constitucional do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA afirma que: “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. Para o Estatuto, é dever de todos prevenir a “ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente” (Art. 4º).

Conforme o psicólogo Leonardo Maia (2017) O Psicólogo pode ser uma figura de apoio fundamental na resolução ou alívio dos conflitos e no auxílio das escolhas que o adolescente enfrenta, contribuindo para que todo seu potencial seja aproveitado. O psicoterapeuta precisa estar atualizado sobre a época em que o

adolescente vive, quais as situações sociais em que ele está envolvido, sua linguagem e influências culturais, isto é fundamental pois o Adolescente reflete um mundo em constante mudança, é preciso, portanto, compreender esse mundo.

2.24 Impacto social e comunitário

Conforme o site Pro pago:

[...] Além de suas atividades cívicas, as ONGs também são parte fundamental da democracia, pois propõem, debatem e acompanham a implantação de políticas públicas em todas as esferas do poder. Além de apontarem caminhos para resolução de problemas, muitas vezes, exercem papel importante em mesas de negociação [...]

De acordo com o artigo da periódicos – revista:

[...] O impacto de ações sociais reflete-se na transformação de beneficiários, modificando seu modo de pensar, de viver e de fazer escolhas. Nessa direção, este estudo visou mensurar a percepção de comunidades beneficiárias quanto às ações promovidas por uma organização sem fins lucrativos [...]

“O impacto social tem sido igualmente compreendido como mudança social no ambiente humano, resultante de várias ações ou eventos sociais” (Serje, 2017).

“O impacto social é percebido quando certas ações influenciam a comunidade, beneficiando-a e provendo ações segundo suas necessidades” (Coad, Campbel, Miles, & Humphries, 2008; Karki, 2013).

“O impacto social advém, portanto, de experiências vivenciadas por pessoas, como indivíduos ou como grupo, quer em sentido físico, quer em termos cognitivos” (Vanclay, 2002; Jones, McGinlay, & Dimitrapoulos, 2017).

2.25 Serviço comunitário ou voluntário

Segundo o site Pra Valer em relação ao serviço comunitário:

“[...] o voluntariado em ONGs, entidades ou instituições sem fins lucrativos tem como principal objetivo desenvolver ações que ajudem pessoas, setores e comunidades que, normalmente, são desamparadas pelo poder público, seja em assistência social, assistência alimentar, educacional, políticas públicas, meio ambiente, entre muitas outras.”

O trabalho voluntário representa uma das bases de sustentabilidade das Organizações Não-Governamentais, principalmente para a manutenção e continuidade dos projetos institucionais. (Caldana, A. C. F., Souza, L. B., & Camiloto, C. M. (2012)

De acordo o artigo da Scielo “[...] O voluntariado traz benefícios para aquele que o pratica, ao posicionar a pessoa numa esfera superior de benevolência, possibilitando experiências relacionadas às necessidades e sofrimento do outro [...]”

2.26 Família e criança/ relação de pais e filhos

Segundo a monografia apresentada a Coordenação do Curso de Psicologia do Centro Universitário de João Pessoa:

A formação de uma família sadia propicia o desenvolvimento das pessoas e dependem, para essa construção, que os pais tenham uma estrutura de personalidade equilibrada a fim de lidar com os conflitos e obstáculos comuns de seu cotidiano e criar um ambiente adequado ao crescimento de seus membros. (FLORES, 2008, p.18)

A inexistência de um ambiente adequado na família repercute em todos os direcionamentos da vida da criança e do adolescente e podem detectar os possíveis agressores dentro do contexto familiar. O histórico de vida dos pais reflete os padrões de comportamento vivenciado por eles em sua família de origem. (FLORES, 2008, p.18)

A família na maioria das vezes não percebe que seu ambiente apresenta uma estrutura neurótica. Nessa estrutura o menosprezo, a hostilidade e o desrespeito estão presentes na relação entre seus membros e são percebidos por eles como algo natural e aceitos como normais. (FLORES, 2008, p.19)

Praticamente todos nós recebemos de nossas mães as lições básicas de sobre como viver em paz, pois a necessidade do amor é o próprio fundamento da existência humana. Desde os primeiros estágios de nosso crescimento, somos completamente dependentes dos cuidados maternos e é muito importante que as mães demonstrem seu amor a seus filhos. Se as crianças não recebem a devida atenção, em geral, quando adultas, tem dificuldade de amar seus semelhantes. (DALAI LAMA, 1999. p. 117)

Os pais quando demonstram amor e respeito às individualidades, independente das circunstâncias, serão uma referência e suporte para que seus filhos enfrentem e superem todas as fases com autoconfiança e caminhem para o seu processo de individuação. (FLORES, 2008, p.22)

A família quando bem estruturada, segura de seus propósitos e valores, segue um planejamento que permite dar proteção e segurança a criança, propiciando a ela ajustamento e adequação em todos os seguimentos tais como: religiosos, sociais e educacionais. (FLORES, 2008, p.22)

2.27 Tecnologia e mídia digital

Sobre o conceito de mídias digitais para o sociólogo Richard Miskolci:

[...] Mídias digitais são uma forma de se referir aos meios de comunicação contemporâneos baseados no uso de equipamentos eletrônicos conectados em rede, portanto referem-se –ao mesmo tempo –à conexão e ao seu suporte material. Há formas muito diversas de se conectar em rede e elas se entrecruzam diversamente segundo a junção entre tipo de acesso e equipamento usado [...] (MISKOLCI, 2011, p.12).

“Nesse argumento, o conceito de mídias digitais é entendido como um conjunto de objetos tecnológicos, onde os seus usos “mediam as relações sociais por meio da conectividade”. (PRADO, 2015, p. 28)

Nota-se que Torres (2018, p. 153) diferencia redes sociais de mídias sociais, já que, embora semelhantes, as mídias têm um “[...] maior foco na publicação e

compartilhamento de conteúdo, e um menor foco na conexão e troca de informações entre pessoas cadastradas”. E Coelho (2021) ressalta a importância desta ideia ser destacada pois “atualmente, as mídias sociais digitais são tão presentes no cotidiano que esses diversos termos se confundem e são assimilados da mesma maneira pelos usuários das diferentes plataformas”.

Para Castells (1999), as redes configuram as lógicas da organização social contemporânea, caracterizando-se pela geração, processamento e transmissão da informação como fontes fundamentais de produtividade e de poder.

A ideia de Peixoto e Oliveira (2021) é que na atualidade:

As mídias digitais são utilizadas para uma série de atividades humanas: comunicar-se em tempo real, estudar por meio de aplicativos e plataformas digitais, para entretenimento, para comprar e vender produtos dos mais variados gêneros, para conhecer lugares, fazer pesquisas e tantas outras necessidades que diariamente surgem nos meios virtuais.

Segundo o Relatório Global sobre a Tecnologia nas ONGs, publicado em 2017 pela organização Nonprofit Tech for Good “somente 66% dos participantes disseram que a liderança executiva prioriza a mídia social em suas comunicações e estratégias de arrecadação de fundos on-line. O que advento de tais informações apresentadas as mídias digitais são importantes tanto para a sociedade como um todo quanto para os estudantes em geral.

Além disso o uso das tecnologias da informação e comunicação e suas relações com a educação promove que:

As tecnologias de informação e comunicação estão alterando a relação entre ensinar e aprender. Abrem novos horizontes e oferecem aos educadores a possibilidade de utilizar diversas ferramentas que podem melhorar o processo de ensino-aprendizagem, tornando o ato de aprender mais interativo, concreto e cooperativo (NUNES, 2013, p. 24).

Peixoto e Oliveira (2021) ainda citam que no ambiente escolar as relações entre professor e estudante, passaram por intensas mudanças, obrigando os educadores a repensarem seus conceitos frente ao fato de não serem mais a única fonte do conhecimento no espaço escolar, pois quase todo o conhecimento está, disponível na internet e redes sociais, tudo em fácil acesso, por isso, os estudantes também se tornam protagonistas de suas aprendizagens.

Daniel (2003, p.54) confirma esta ideia ao dizer que o uso das mídias digitais tem sido um grande desafio para muitos no ensino-aprendizagem atualmente, talvez porque ainda haja algumas questões e indagações que ainda não foram respondidas

como por exemplo: Por que se deve usar as mídias digitais na educação? Como usá-la? Quais mídias utilizar?

Freitas e Almeida (2012, p. 32) afirmam que:

Uma nova prática pedagógica deverá mostrar que a utilização das TIC's na escola precisa ser feita de maneira interativa e não apenas expositiva, ou seja, o aluno deve atuar sobre as tecnologias, interagindo, pesquisando, interpretando, refletindo, construindo e agregando conhecimentos. Ela inicia, mas vai muito além do uso das mídias para a simples exposição de conteúdo, como substitutos de cartazes ou da própria lousa.

E na visão de Castells e Cardoso (2005, p. 19):

É por isso que difundir a Internet ou colocar mais computadores nas escolas, por si só, não constituem necessariamente grandes mudanças sociais. Isso depende de onde, por quem e para que são usadas as tecnologias de comunicação e informação. O que nós sabemos é que esse paradigma tecnológico tem capacidades de performance superiores em relação aos anteriores sistemas tecnológicos. Mas para saber utilizá-lo no melhor do seu potencial, e de acordo com os projetos e as decisões de cada sociedade, precisamos de conhecer a dinâmica, os constrangimentos e as possibilidades desta nova estrutura social que lhe está associada: a sociedade em rede.

2.28 Políticas e direitos da criança e do adolescente

Conforme o 3º artigo da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:

Art. 3º A criança e ao adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Conforme o 4º artigo da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Conforme o 5º artigo da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Conforme o 7º artigo da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:

Art. 7º A criança e ao adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Conforme o 11º artigo da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:

Art. 11. É assegurado acesso integral às linhas de cuidado voltadas à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde,

observado o princípio da equidade no acesso a ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde.

Conforme o 13º artigo da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:

Art. 13. Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

Conforme o 14º artigo da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:

Art. 14. O Sistema Único de Saúde promoverá programas de assistência médica e odontológica para a prevenção das enfermidades que ordinariamente afetam a população infantil, e campanhas de educação sanitária para pais, educadores e alunos.

Conforme o 15º artigo da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:

Art. 15. A criança e ao adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Conforme o 17º artigo da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:

Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Conforme o 18º artigo da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:

Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

2.29 Nutrição e saúde física

Dentro do cenário da promoção da saúde, a nutrição e a saúde física desempenham papéis cruciais pois:

Em um país como o Brasil, onde as desigualdades sociais e regionais são imensas, é importante destacar que a garantia da segurança alimentar e nutricional pressupõe a necessidade de estratégias de saúde pública capazes de dar conta de um modelo de atenção à saúde e de cuidado nutricional direcionados para desnutrição e sobrepeso/obesidade, uma vez que esses distúrbios nutricionais e todas as doenças relacionadas à alimentação e à nutrição revelam duas faces, diversas e aparentemente paradoxais, de um mesmo problema: a insegurança alimentar e nutricional da população brasileira (ABRINQ, 2004).

As populações de pré-escolares (0 a 6 anos) e escolares (7 a 12 anos) se encontram em fase vulnerável fisicamente, necessitando, portanto, de ênfase no acompanhamento nutricional. A transmissão de informações para essas duas faixas etárias se dá de forma eficaz, já que ambos os grupos estão em fase de formação de hábitos alimentares. Ferramentas lúdicas de apoio como materiais audiovisuais auxiliam na adequação da linguagem ao público infantil (FORATO, ARAÚJO, QUEIROZ, COELHO, BITENCOURT, 1999).

Por outro lado, segundo Elias, et al, (2009) vale salientar a importância dos pais na adoção, ou não, de hábitos saudáveis. Pois ela aponta que durante o desenvolvimento neuropsicomotor da criança, a figura materna e paterna é tida como referenciais a serem seguidas e imitadas. Assim, escolhas nutricionalmente adequadas irão ser incorporadas aos comportamentos alimentares futuros da criança se a dieta de seus próprios pais for condizente com aquela que preconizam.

Quanto ao ambiente escolar, a meta da educação nutricional deve ser a instrução das crianças e adolescentes sobre os princípios gerais de nutrição e alimentação, orientando comportamentos específicos para que estes se tornem aptos a fazerem escolhas conscientes ao longo de suas vidas (TADDEI JÁ, 2004).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é o maior programa de suplementação alimentar da América Latina contribuindo com a Segurança Alimentar e Nutricional e viabilizando a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) por meio da alimentação escolar, indo ao encontro das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) (LIBERMANN; BERTOLINI, 2015).

Para Ferreira O Programa Nacional de Alimentação Escolar:

O PNAE tem como principal objetivo proporcionar aos estudantes uma alimentação digna, que garante minimamente, uma nutrição segura e de qualidade, o programa proporciona aos mesmos um exercício de cidadania e melhoria da qualidade de vida. (FERREIRA, et al, 2018)

O PNAE tem como dever atender alunos de toda a escola de educação básica que abrange educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos que obrigatoriamente devem estar matriculados em escolas públicas, filantrópicas ou entidades comunitárias que, por sua vez, também devem estar vinculadas ao poder público (BRASIL, 2018b). Entretanto, somente a partir de 2009, o programa passou a abarcar não somente as escolas filantrópicas e comunitárias, mas também aquelas localizadas em áreas de quilombolas e indígenas, o que contribuiu e muito as crianças e adolescentes (BRASIL, 2013a).

Outro fator para o bem-estar se dá pela prática de atividades físicas que contribui para o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, além de ajudar a diminuir os riscos para as doenças na vida adulta. Entre os diversos benefícios estão: promoção de crescimento físico; estímulo do desenvolvimento motor; melhoria da eficiência cardiovascular e respiratória; efeito positivo no perfil lipídico; redução da gordura corporal; redução do risco de diabetes melito tipo 2; incremento da massa óssea; aumento da massa muscular e da força isométrica, além de importantes efeitos psicológicos, como melhora da autoestima, afastamento natural dos vícios, empenho na busca por objetivos e estímulo da socialização (BOUCHARD et al., 2004).

De fato, a Educação Física no Ensino Fundamental I é mais do que favorecer o desenvolvimento de habilidades anatômicas, é aquisição de conhecimento em áreas diversas, é desenvolver a interação e a participação individual e coletiva seja em atividades práticas recreativas como forma de aquilatar a qualidade de vida dos envolvidos, visto que a Educação Física é uma disciplina integradora e provocadora que serve de mediadora entre o social, a cultura corporal e o exercício da cidadania (GONÇALVES, 2009).

Os movimentos físicos e corporais por meio da qualidade física do escolar proporcionam qualidade de vida e bem-estar, pois se sente motivado a participar das atividades que correspondem ao seu perfil, conhece suas

capacidades e limitações, não se submete a situações competitivas constrangedoras e é avaliado por seu desempenho assim como todos os demais, por meio de análises e seleções criteriosas das suas respectivas aptidões por profissional de Educação Física (FRAGA; WACHS, 2007).

2.30 Desenvolvimento da criatividade e habilidades artísticas

De acordo com Fernandes (2016, p. 111), criar significa formar, gerar e dar existência a algo: “[...] esses significados remetem ao fazer e ao sentir, ao pensar e ao produzir algo novo. Assim, a criatividade indica a capacidade humana de originar coisas novas”.

Para Michalko (2002), desenvolver o potencial criativo é ver o que ninguém mais vê, valendo-se de estratégias de saber ver e fazer com que seu pensamento se torne visível, é pensar naquilo que ninguém mais está pensando, o que envolve fluidez de ideias, fazer novas combinações, contemplar o outro lado da "moeda", vasculhar outros mundos, descobrir novas formas de busca e, enfim, despertar o espírito de colaboração.

Paes (2018) entende que na Educação Infantil, a Arte deve ser uma atividade prazerosa para que a criança desenvolva suas habilidades, sua expressão criativa, pois, é nessa fase que ela vai desenvolver a coordenação motora, o equilíbrio físico, noção de espaço, equilíbrio emocional e intelectual.

Alencar e Fleith (2003a) salientam a importância de se estimular a imaginação da criança, sobretudo entre dois e seis anos, quando o jogo imaginativo ocorre com grande frequência; essa imaginação vai declinando à medida que se desenvolve a razão e o raciocínio. As autoras apontam como as atitudes dos pais favorecedoras ao desenvolvimento criativo, o relacionamento pais-criança não possessivo, o estímulo à independência e à autoconfiança, a estimulação dos interesses infantis e a promoção de condições de exploração dos seus interesses e de seu mundo interior podem ser sobretudo uma excelente forma dar continuidade ao desenvolvimento criativo da criança ao longo dos anos.

Fernandes (2016), afirma que o professor também é o principal responsável por desenvolver a criatividade do estudante, mas por vezes encontra limitações: espaço, materiais, tempo; mas que não deveriam limitar o desenvolvimento da criatividade, uma vez que este é uma habilidade inerente aos estudantes, isto é, desenvolve-se a partir do próprio indivíduo.

Porém para Carneiro (2013, p.138)

[...] com as ações do cotidiano e as escolhas diárias, ao longo do tempo vamos deixando de criar e isso ocorre principalmente na escola, quando a imposição de currículos desvinculados da realidade e a repetição de tarefas monótonas, desmotivam as crianças, prejudicando o processo de criatividade. (CARNEIRO, 2013, p. 138)

Segundo Zabala (1998), para que as interações educativas em sala de aula aconteçam de maneira a favorecer a aprendizagem dos alunos, o professor necessita colocar em prática uma série de funções como planejar sua atuação de forma flexível, adaptando-a às necessidades dos alunos; contar com as contribuições e conhecimentos dos alunos no início e ao longo da realização das atividades; ajudar os alunos a encontrarem sentido no que fazem; estabelecer metas ao alcance dos alunos; oferecer aos alunos ajuda adequada durante seu processo de construção, em seus progressos e no enfrentamento de obstáculos; promover condições para que os alunos exercitem sua atividade mental auto estruturante, estabelecendo relações entre conteúdos, atribuindo-lhes significado e regulando o próprio processo de aprendizagem; promover a autoestima e o autoconceito; promover canais de comunicação; potencializar a autonomia e possibilitar que os alunos aprendam a aprender; avaliar os alunos de acordo com sua capacidade, seu esforço, e como incentivar a autoavaliação.

Na visão de Oliveira e Alencar (2012):

O desenvolvimento da prática educativa que vise o papel ativo do aluno ao longo de seu processo de aprendizagem, seguramente contribui para o desenvolvimento da criatividade. Dessa forma, criar um ambiente de aprendizagem estimulador da participação individual e coletiva proporciona momentos privilegiados de interação entre os sujeitos, com trocas de experiências e de soluções de problemas, capazes de favorecer o desenvolvimento do potencial criador mediante aos alunos.

Na perspectiva de Queiroz Souza e Pinho, o ensino criativo visa ultrapassar as barreiras impostas interna e externamente, busca coletivamente o desenvolvimento do progresso humano dentro de infinitas atuações de comunicação. Leva em consideração que cada pessoa tem a sua particularidade, seu potencial humano e a sua responsabilidade individual. Faz-se necessário saber viver em sociedade, ter consciência de grupo, pois em uma escola não há funcionalidade a partir de um ser único, por ser ela uma comunidade educativa e criativa.

Conforme ressalta Camargo (2018) ao valorizar a arte dentro das escolas, educando o indivíduo da comunidade, esse crescerá atualizado, favorecendo e

entendendo a economia da região em que vive, desenvolvendo e atualizando a produção, aprendendo a usar e fazer marketing, usando tecnologia, buscando conhecer o mercado para oferecer os produtos de produção regional, tomando conhecimento que não é só produção: tem que existir oferta, procurando discutir conceitos fundamentais, como planejamento, programas, projetos e orçamentos.

2.31 Desenvolvimento da identidade e orientação sexual

Construir uma identidade, para Erikson (1972), implica definir quem a pessoa é, quais são seus valores e quais direções deseja seguir pela vida. Ele entende que identidade é uma concepção bem-organizada do ego, composta de valores, crenças e metas com os quais o indivíduo está solidamente comprometido.

De acordo com a teoria Psicossocial de Erikson (1972, 1998), existem dois pólos na formação da identidade, resultantes do confronto de forças antagônicas: identidade do ego - pólo positivo - e difusão de identidade - pólo negativo. O pólo positivo - identidade - acontece quando os jovens escolhem os valores aos quais serão fiéis, tornando-se, então, conscientes de sua uniformidade e continuidade no tempo e no espaço, e percebendo que suas realizações possuem reconhecimento e significado em sua cultura.

Ainda sobre esse autor, ele considera a difusão de identidade como o início do processo de construção da identidade ou a resultante negativa no desenvolvimento. Isto acontece quando o indivíduo tem dificuldades em aprender sobre si mesmo e seu entorno, não conseguindo construir uma identidade que seja realista em consonância com suas características pessoais e de seu contexto sociocultural.

Kimmel e Weiner (1998) afirmam que, quanto mais desenvolvido o sentimento de identidade, mais o indivíduo valoriza o modo em que é parecido ou diferente dos demais e mais claramente reconhece suas limitações e habilidades. Quanto menos desenvolvida está a identidade, mais o indivíduo necessita o apoio de opiniões externas para avaliar-se e compreende menos as pessoas como distintas.

O desenvolvimento do autoconceito, segundo Rosenberg e Simmons (1975), efetua-se de acordo com processos específicos. Depende das avaliações refletidas, quando o indivíduo se vê a si próprio de acordo com o modo como pensa que os outros o veem: a comparação social, na medida em que o indivíduo se vê por comparação com outros considerados significativos; as auto atribuições, dado que a

descrição que o indivíduo faz de si mesmo resulta da interpretação das causas de acontecimentos pessoais, que resultam ou não das suas ações.

De acordo com Brêtas, et al, (2008):

A identidade constitui-se talvez, o fator central do gênero e da sexualidade, tendo em vista a identificação desta enquanto processo constante de mudança, como também nas suas implicações para a experiência da vida sexual.

Silva (2016) salienta que conforme as crianças vão crescendo, começam a surgir curiosidades a respeito da sua identidade, do seu corpo, que conseqüentemente levam a perguntas sobre sexualidade, e a família precisa estar preparada a responder de uma forma aberta, pois isso faz parte do desenvolvimento humano. Vez que é importante que a educação sexual seja uma ação conjunta entre família e escola, pois estamos formando essas crianças para serem adultos melhores, cada vez mais confortáveis com seu corpo, sua saúde e a sua sexualidade.

Porém Brêtas e Silva (2005) apontam que muitas vezes os pais têm dificuldades em abordar questões de sexualidade com seus filhos, justamente por não terem muito claro o que aconteceu com eles próprios. Neste contexto a maioria dos pais atribui a tarefa da orientação sexual de seus filhos à escola e esta, por sua vez, apresenta dificuldade em cumprir tal tarefa. Neste sentido, Murani (1996) afirma que é importante considerar também o fato de que o professor pode sentir-se despreparado em lidar com aspectos da orientação sexual junto a seus alunos.

Segundo Sampaio (1995), o bom educador, em geral, sabe compreender as questões formuladas pelo educando e sabe também respondê-las, respeitando sua maturidade intelectual e afetiva, portanto demonstrando um aspecto essencial que é o respeito às características peculiares do aluno.

Na concepção de Silva (2016) o professor precisa trabalhar interiormente as questões sexuais, livrando-se dos preconceitos, superando os tabus e informando-se sempre, para que venha a ser um bom educador e formador de valores. A autora ressalta também que o educador:

Desenvolva em sala de aula atividades que tenham noções das diferenças sexuais como, por exemplo, processo de concepção e desenvolvimento dos bebês e ideias. Evitar atividades que incentivem os preconceitos entre os sexos ou a competição entre eles, onde a criança precisa entender as diferenças sexuais, mas desenvolvendo noções sadias e sem preconceitos sobre os papéis sexuais, reforçando sempre a igualdade de direitos.

Meirelles (1999) aponta que devemos pensar em sexualidade, família e escola pelo princípio da não exclusão, isto é, pensarmos em sistemas interagentes por intermédio de processos cujos princípios de convergência (vinculação, união) e complementaridade (respeito pelas diferenças) estejam estabelecidos.

2.32 Educação financeira

O site oficial da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) utiliza o seguinte conceito para Educação Financeira:

Educação Financeira é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro (OCDE, 2005)

Brutes e Seibert (2014), diz que a educação financeira ensina de forma consciente a usar o dinheiro e saber gastar melhor, mantendo o equilíbrio financeiro para que você possa estar preparado para eventuais emergências, projetos de vida e até mesmo a garantia do futuro. Embora existam alguns programas, esse conceito não é ensinado nas escolas. Com isso, muitas vezes os jovens acabam repetindo os erros dos pais e entrando no mercado de trabalho sem saber como administrar seu salário.

Por isso para Kioyosaki (2000), a alfabetização financeira é essencial na formação das crianças, que devem não só aprender e entender as letras, mas também os números. Existe assim, a necessidade de se criar estímulos para que a criança seja influenciada e leve isso para o seu cotidiano.

Pereira (2003), confirma esta ideia ressaltando que o processo de educação financeira deveria começar por volta dos dois ou três anos de idade, quando a criança pede pela primeira vez dinheiro para doces e brinquedos. A educação financeira começa com o significado dos valores das moedas. Pode-se dizer que uma nova visão está surgindo, pela tomada de consciência quanto ao ensino da educação financeira nas escolas, para as crianças e jovens brasileiros.

Pois as crianças atualmente não nascem consumistas, mas estão sofrendo grandes impactos na mudança cultural pelas mídias, como as redes sociais, Youtube,

e pela publicidade que nelas existem, que as levam a esse hábito sem saber o motivo de querer muito algo (MANUGRIEBELER, 2014). O público infanto-juvenil já é percebido atualmente como clientes potenciais por ter seu próprio modelo de consumo, e influenciar nas compras do consumo familiar (SARTORI, 2013).

Veja que a gestão ineficaz das finanças pessoais entre os jovens pode acabar desencadeando muitos conflitos pessoais e sociais, como dificuldades interpessoais na sociedade. Embora essa sociedade seja considerada por muitos como consumista, é necessária uma atenção ao administrar as finanças pessoais para evitar maiores prejuízos (SILVA et al., 2018).

Como aponta D' Aquino (2008, p. 14) “as crianças devem ser levadas a perceber que o prazer de poupar é semelhante ao que se obtém ao gastar dinheiro. São prazeres complementares”. Para este autor (2008, p. 61) “saber gastar é uma habilidade tão importante quanto saber poupar”.

D'Aquino destaca ainda que aprender esta relação com dinheiro é algo construído a longo prazo, não sendo está uma tarefa fácil, imediatista, ou possuindo o entendimento apenas com uma única frase ou com uma cena impactante.

Um exemplo real que podemos citar conforme Olivieri (2013) seria uma “mesada”, pois representaria um ganho financeiro em que precisaria ser administrado, definindo assim o limite do dinheiro, e o tempo de recebimento, fazendo com que a criança passe a ser responsável sobre ele. Outra ideia seria uma poupança, através dos cofrinhos, para realizar um sonho ou comprar alguma coisa, pois assim ela prioriza o sonho, e não gasta todo o dinheiro que está em suas mãos. Esse processo possui grande relevância no desenvolvimento da criança, porém convém que seja acompanhado.

Maronese (2016) pontua que diante da importância desse tema para o desenvolvimento dos educandos, entende-se que a Educação Financeira precisa acontecer também na escola. Esta perspectiva assume uma dimensão que, além de contribuir para a saúde financeira dos jovens, permita-lhes alcançar autonomia como cidadãos críticos conscientes.

Além disso a autora também cita que o Governo Brasileiro, através do Ministério da Educação (MEC), está em busca caminhos para instruir jovens e crianças sobre a importância da Educação Financeira. Com o intuito de interferir

positivamente na preparação de estudantes para um futuro estável e de sucesso, o MEC está implantando a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) o que esperasse bons resultados, se bem implantado. Os objetivos do ENEF são os seguintes:

- Promover a educação financeira e previdenciária;
- Aumentar a capacidade do cidadão para realizar escolhas conscientes sobre a administração dos seus recursos; e
- Contribuir para a eficiência e a solidez dos mercados financeiros, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização.

2.33 Inclusão e acessibilidade

Na visão de Maciel (2000) atualmente no Brasil milhares de pessoas com algum tipo de deficiência estão sendo discriminadas nas comunidades em que vivem ou sendo excluídas do mercado de trabalho. A autora ainda afirma que:

O processo de exclusão social de pessoas com deficiência ou alguma necessidade especial é tão antigo quanto a socialização do homem, onde a estrutura das sociedades, desde os seus primórdios, sempre inabilitou os portadores de deficiência, marginalizando-os e privando-os de liberdade. Essas pessoas, sem respeito, sem atendimento, sem direitos, sempre foram alvo de atitudes preconceituosas e ações impiedosas.

Neste sentido, Mantoan (2006) ressalta que os sistemas escolares estão formados no princípio que recorta a realidade, dividindo alunos em normais e deficientes, o ensino em regular e especial, e transformando professores em especialistas sobre diferentes necessidades especiais, e construindo uma lógica com visão determinista, mecanicista, formalista, reducionista própria do pensamento científico moderno, ignorando o subjetivo, afetivo, criador, não conseguindo assim romper o velho modelo escolar, para efetivar a mudança que a inclusão busca.

Já para Bauman (1998; 2001) estamos em uma sociedade onde a aprendizagem se apresenta como uma produtiva forma de governo pedagógico, o papel central da Educação tem se instituído pela racionalidade de que todos devem aprender de forma contínua, estando sempre dispostos a se modificarem e a se readaptarem. Essa racionalidade exige que os sujeitos estejam aptos e consigam adaptar-se às mudanças constantes, e, para aqueles com deficiência, são necessárias “medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a

criatividade, as habilidades e os interesses do estudante” (Lei Nº 13.146, 2015, Art. 28, Inciso IX)

A respeito da acessibilidade, Kraemer e Thoma (2018) destacam que esta tem se configurado como uma estratégia que possibilita a inclusão de todos nos fluxos econômicos. A acessibilidade para as pessoas com deficiência, na política de inclusão escolar, é compreendida como:

Um atributo do ambiente que garante que todos convivam de forma independente, com segurança e autonomia, nos espaços, mobiliários e equipamentos abertos ao público ou de uso público (Brasil, 2013, p. 49).

A possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na zona rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (Lei Nº 13.146, 2015, Art. 3º).

A acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social (Lei Nº 13.146, Art. 53º).

Frente ao pensamento de Machado (2016) em relação ao cenário político e econômico brasileiro das últimas três décadas, este tem se organizado a partir de uma racionalidade neoliberal, onde o Estado brasileiro realizou investimentos para que os alunos com deficiência tenham garantidas condições de acesso, participação, desenvolvimento e aprendizagem na “rede da inclusão”

Moreira (2006) pontua que se deve ressaltar sobre a "educação inclusiva que é a aceitação das diferenças, não uma inserção em sala de aula" e que exige transformações no sistema de ensino, envolvendo o respeito às diferenças individuais, a cooperação entre os alunos, professores capacitados para incluir todos os alunos em todas as atividades escolares e, principalmente, trabalhar a questão do respeito e da dignidade.

Porém de acordo com Santos Filho (2010), a normatização técnica brasileira trouxe grandes avanços no campo da acessibilidade e inclusão, figurando o Brasil como um país privilegiado em termos de normas. Por outro lado, o autor ressalta que

“infelizmente, não ocorreu ainda de forma generalizada a materialização dessas normas em nossa realidade como acessibilidade e inclusão ao meio em geral”. (SANTOS FILHO, 2010, p. 42).

Por isso Silva (2003) salienta também que no trabalho de inclusão é de suma importância envolver a família como coparticipante no apoio ao aluno, possibilitando assim um trabalho integrado entre escola, família e profissionais, assim ampliando o campo de alcance sobre a conscientização e entendimento do assunto em questão.

2.34 Prevenção de abuso e exploração infantil

De acordo com Pfeiffer e Salvagani (2005):

A prática sexual, cada vez mais propagada, pode apresentar em formas distorcidas de relacionamentos, com a busca desenfreada de novas situações e modalidades, não importando se isso significa ir além do respeito ao outro.

E as formas de violência conforme Carvalho (2010) são reconhecidas pelas suas facetas mais comuns: física, psicológica, sexual e negligência. A primeira caracteriza-se pelo uso de força física e/ou de algum tipo de arma/instrumento que possa causar lesões internas e/ou externas. A segunda inclui toda ação ou omissão que visa causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento do sujeito.

A autora ainda cita que a violência sexual ocorre quando a vítima é obrigada a realizar práticas sexuais com outra pessoa, por meio do exercício de poder, força física e/ou influência psicológica para obtenção do que deseja – um dos tipos dessa violência é o abuso sexual. Já a negligência é a omissão de responsabilidades e de cuidado de algum membro da família em relação a outro.

Além de definir-se abuso ou violência sexual na infância e adolescência como a situação em que a criança, ou o adolescente, é usada para satisfação sexual de um adulto ou adolescente mais velho, (responsável por ela ou que possua algum vínculo familiar ou de relacionamento, atual ou anterior), incluindo desde a prática de carícias, manipulação de genitália, mama ou ânus, exploração sexual, voyeurismo, pornografia, exibicionismo, até o ato sexual, com ou sem penetração, sendo a violência sempre presumida em menores de 14 anos (adaptado de ABRAPIA, 1997).

Muitas vítimas não relatam a violência sofrida e para Drezett (2000 apud INOUE; RISTUM, 2008), e a não denuncia pode ter ligação com fatores como o constrangimento por parte da vítima, medo, seja ele de ser humilhado e de não ser

compreendido pelos familiares, os quais desempenham um papel muito importante durante o processo de enfrentamento da violência e também na constituição do indivíduo.

Uma das principais medidas de enfrentamento dessa problemática de acordo com Martins (2004) foi pelo governo brasileiro com a criação, em 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Essa diretriz regulamentou a Constituição brasileira, ratificando a situação da criança e do adolescente como sujeitos de direitos, tendo como eixo fundamental a sua proteção integral.

O ECA possui uma formulação clara sobre o papel do sistema educacional e da saúde ante os casos de suspeita ou confirmação da violência: identificar, notificar e proteger a vítima dando apoio também à sua família. (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990)

Vale salientar que, conforme o ECA, as crianças serão sempre consideradas vítimas, ainda que envolvidas em situações de delito, já que a responsabilidade se situa sobre um adulto de referência. Sendo assim, os casos suspeitos ou confirmados de maus-tratos contra crianças e adolescentes devem ser comunicados ao Conselho Tutelar (CT), caso contrário, o profissional poderá sofrer punição. (Lei nº 13.431, de 14 de abril de 2017).

Outra fora de prevenção segundo Margarido, Próspero, Grillo (2013) é a Atenção Primária à Saúde (APS) constitui um dos principais componentes dessa rede, atuando como porta de entrada à atenção dessas crianças em situação de violência, incluindo os casos de abuso sexual contra crianças. Um dos principais dispositivos da APS são as Unidades de Saúde da Família (USF), as quais, por meio da Estratégia Saúde da Família (ESF), criada como programa em 1994, permitem uma resposta/atuação da saúde pública mais próxima à questão do abuso sexual em sua dimensão territorial, tendo em vista a centralidade da família e a abordagem comunitária.

Sendo a ESF um dispositivo estratégico para o enfrentamento da violência contra crianças, bem como para a promoção da saúde, entende-se ser necessário que todos os profissionais estejam aptos para lidar com essas situações no cotidiano do trabalho, prevenindo novos casos e intervindo de forma eficaz naqueles já ocorridos (CARLOS, PÁDUA, FERRIANI, 2017).

Tratando-se de superação de traumas, Hawley e DeHann (1996 apud YUNES; SZYMANSKI, 2007) alegam que a superação em família retrata o percurso da família no sentido de sua reação e enfrentamento das situações de estresse, tanto a curto, como a longo prazo. Tendo famílias resilientes respondendo positivamente a estas circunstâncias de maneira ímpar, dependendo da conjuntura, grau de envolvimento e de proteção, o que eventualmente podem estar ao lado dos seus filhos ou parentes próximos dando-os o apoio necessário e tomando medidas cabíveis para que a situação seja resolvida da melhor forma, como indo as autoridades, um profissional de saúde qualificado, ou a um programa que ajude a superação do trauma sofrido pela criança ou adolescente.

Xavier, et al, (2016) ainda cita que as relações familiares que contemplam compreensão, apoio e principalmente amor, facilitarão as relações interpessoais também fora do contexto familiar e a superação das adversidades, promovendo bem-estar psicológico.

2.35 Prevenção do abandono escolar

De acordo com Silva Filho e Araújo (2017), o tema “evasão e abandono escolar” é um profundo gargalo na educação brasileira de difícil resolução e de amplo alcance que atinge várias fases educacionais e escolas tanto públicas quanto da rede privada. Além disso, na visão do autor, não há clareza em relação ao foco das políticas públicas na área de educação o que coloca ainda mais dificuldade na busca por soluções.

O abandono escolar significa que o/a aluno/a deixa a escola sem ter concluído o nível de ensino em que estava matriculado, e pode estar relacionado com os maus resultados escolares, fracas expectativas no futuro, atrasos no percurso escolar e desajustamentos, fracassos, desinteresse e rejeição pela escola (Garcia et al. 2000). Para Costa (1998), o abandono escolar é a última etapa dos/as alunos/as que se tornaram progressivamente desinteressados da escola.

Ao analisar os principais motivos de abandono escolar de uma escola pública na cidade de Acará, no Estado do Pará, Viadero (2001) e Finn (1989), notaram que a evasão pode ser ainda representada por aqueles indivíduos que nunca ingressaram em um determinado nível escolar. Além disso Silva (2016) identificou que 34% dos estudantes em que entrevistou durante sua pesquisa, alegaram como principal motivo a busca pela renda mínima familiar, enquanto 26% informaram que os professores

contribuíram para o abandono do estabelecimento de ensino e demais 26% apontaram a falta de motivação e interesse pessoais.

O que nos mostra que uma participação com responsabilidade das famílias no processo educativo dos seus educandos é essencial para a prevenção de situações de abandono escolar. No entanto, a realidade mostra que muitos pais estão afastados deste processo de colaboração, exigindo ao professor e à escola responsabilidades na educação dos seus filhos (Amado, 2001).

Porém imputar ao professor individualmente todos os defeitos da educação é tão injusto quanto livrá-lo de toda responsabilidade, assim é interessante mencionar nessa reflexão que o professor deve proporcionar a todos os seus alunos informações, fornecendo-lhes material cultural relevante que responda aos objetivos e conteúdo da série correspondente, que seja apropriada, que esteja adaptada às suas possibilidades e possa, portanto, ser compreendida por seus alunos, individualmente (AQUINO).

Outro ponto considerado determinante para que a aprendizagem se efetive e diminua a evasão escolar, pode ser associada à autonomia das escolas. Todavia, ela diz respeito à autonomia do ato de ensinar e não a decisões relacionadas a burocracia. Isso posto, avança-se naquilo que à primeira vista tende a ser simples, mas a escola deve cumprir o seu papel, que é ensinar e ensinar de modo eficaz, uma vez que essa responsabilidade é pode se dizer que é inteiramente sua. Entretanto, a desqualificação do trabalho educativo aparece, na constatação de aulas monótonas e sem objetivos propostos, muitas vezes, com planejamentos inadequados e até mesmo sem sua realização, não que isso aconteça em todas as escolas; as atividades e conteúdo são escolhidos em grande parte sem uma análise do livro didático, sendo ele utilizado pelo professor, apenas como reprodução, não havendo uma reformulação dos conteúdos de acordo com a capacidade do aluno, que deveria ser prioridade. (FRIGOTTO, 1989)

Também é de suma importância a identificação dos referidos fatores pessoais ou acadêmicos que levaram ao abandono escolar, pois este representa, sem dúvida, um grande passo para determinar o número e o tipo de critérios que devem presidir à seleção dos alunos em risco de abandono escolar com vista a fazê-los participar em programas de prevenção ou de apoio como diz Simões, et al, (2008).

Mas noutra frente, pensando em uma forma de prevenção ao abandono escolar em si, o Programa Nacional do Livro Didático foca no fornecimento de livros e materiais escolares diversos a custo zero para o aluno e ao mesmo tempo atinge o grau de regularidade na distribuição, o que se associa a um incentivo tanto aos estudos quanto a leitura. Vez que o programa também atinge entidades educacionais híbridas, financiadas parcialmente pelo poder público, possuindo assim foco também em sua amplitude (BRASIL, 2019f).

Ademais uma na criação de uma articulação entre o Ministério da Educação (ME) e o Ministério de Solidariedade, Emprego e Segurança Social (MSESS) que desenvolveu medidas como o PNPAE (Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar) que é apresentado como um esforço coletivo para prevenir o abandono escolar, prevenir a saída da escola e do sistema de formação profissional ou dos sistemas de educação e de formação, por um jovem com menos de 25 anos, sem a conclusão de estudos ou sem obtenção de qualificação de nível secundário ou equivalente, o que poderá fazer a diferença mediante a precaução de abandono em vários escolares (PNPAE, 2004).

2.36 Traumas, bullying e violência na infância e adolescência

No contexto delicado dos traumas, bullying e violência na infância e adolescência, é crucial compreender:

O termo bullying é utilizado na literatura psicológica anglo-saxã, em estudo sobre a violência, para designar comportamentos agressivos e antissociais. De origem inglesa, sem tradução na língua portuguesa, refere-se a uma situação na qual o indivíduo (bully) ou grupo de indivíduos (bullies) deliberadamente atormentados, hostiliza ou molesta outros. (FANTE, 2005, p. 57).

“Pessoas ou grupos de pessoas que desde a infância e adolescência praticam o bullying, passam na idade adulta a cometer violência doméstica, assédio moral, uso de drogas e criminalidade”. Fante (2005, p. 57)

Ao nascer temos uma natureza original, que se transforma a partir dos estímulos do meio em que vive. O ambiente agressivo e violento estimula o comportamento na formação das crianças e reforça uma cultura de violência, pois os padrões e valores culturais oferecidos através da família, ambiente físico e social serão reproduzidos em todos os contextos em que vive.(FLORES, 2008, p.15)

Quando o indivíduo sofre forte impacto emocional, quando não existe a harmonia, entre ele e o seu contexto familiar, econômico e social, os arquétipos¹ não servem de motivação e inspiração para satisfazer o seu próprio ego, sente-se massificado, explorado e sem energia, tornando-se cada vez mais ansioso, menos produtivo e infeliz. (FLORES, 2008, p.16)

Além do ventre materno, os traumas são vividos durante a infância através do relacionamento com os membros de sua família. Uma criança que vive com medo de apanhar de pais violentos pode aprender a se retrair, virar a cabeça se afastando, elevar as mãos para proteger a cabeça e adquirem posturas de autodefesa. Se isso se repetir várias vezes, as ameaças de violência ativam os músculos do corpo, até que “aprendam” essa postura inconscientemente e podem degenerar em uma postura fixa. (REICH apud WOOLGER, 1951)

“Sabe-se que todos os medos desde a infância geram insegurança e tornam o indivíduo muito solitário e antissocial e que pode comprometer os seus relacionamentos por medo de perdê-los.” (FLORES, 2008, p.20)

Está constatado que o abuso físico e sexual é uma realidade mundial e atinge todas as camadas sociais desde sempre. Esses impactos negativos que a criança recebe de seus familiares causam danos psicológicos, criam bloqueios na criatividade e iniciativa, permitindo inseguranças e medos que as deixam em situação de risco na sociedade. (FLORES, 2008, p.23)

“Aproximadamente 75 a 100 milhões de americanos sofreram abuso físico e sexual na Infância”. (LEVINE, 1999, p.50).

Em alguns estudos, a violência escolar é caracterizada apenas como atos de violência física. Outros, no entanto, enfocam a violência verbal e as agressões, enquanto ainda há aqueles que atentam para o comportamento de oposição às regras e atividades escolares, a depredação da escola, os furtos e os comportamentos antissociais. (PAULA; SALLES, 2010).

2.37 Atividades físicas para crianças e adolescentes

“Para diminuir o sedentarismo, enfatiza-se a necessidade da mudança de estilo de vida desde a infância” (Bois, Sarrazin, Brustad, Trouilloud & Cury, 2005; Jenkins, 2007; Kohl & Hobbs, 1998; Lopes & Maia, 2004; Twisk, 2001)

“Se praticada regularmente, pelo menos desde a adolescência, a atividade física proporciona benefícios físicos e psicológicos considerados preditores da condição de saúde para a vida adulta”. (Guerra et al., 2003; Twisk, 2001).

“Em relação às crianças, a atividade física desempenha papel fundamental sobre a condição física, psicológica e mental”. (Junior e Silva, 2011, p.43)

Conforme descrevem Bois et al. (2005), a prática da atividade física pode aumentar a autoestima, a aceitação social e a sensação de bem-estar entre as crianças.

3 PROPOSTA DE TRABALHO

3.1 Empresa fictícia: ONG Olhar da Juventude

A ONG Olhar da Juventude é um projeto social especializado em promover igualdade de direitos entre crianças e adolescentes. Fundada por um grupo de pessoas que tem um propósito em comum, afins de combater problemas sociais que vem se criando durante a infância e se prolonga pela adolescência.

Esta instituição empresarial tem uma gestão colaborativa e em sua formação inclui conceitos da administração visando uma boa gestão de seus processos. Para isso houve uma divisão departamental inicial para auxiliar no planejamento estratégico da instituição. Os departamentos foram previstos da seguinte forma: A área de marketing, contabilidade, diretoria, atendimento, pedagógica, psicologia, ações institucionais e voluntariado.

Os voluntários da ONG têm como objetivo colaborar com o bom funcionamento das tarefas diárias e atrair mais crianças e adolescentes conforme os critérios estabelecidos pelo planejamento da ONG, sempre lembrando o propósito de transformar o mundo em algo melhor, trazendo educação, respeito e ética.

3.2 Estudo de caso

Nesta seção, será apresentada uma entrevista que pode ser considerada como crucial para o desenvolvimento do estudo de caso, conduzida como parte deste estudo acadêmico. A entrevista em questão foi realizada em setembro de 2023, com Thalita Vasconcellos, dona de uma ONG, cujo sua especialidade é suprir as necessidades do bairro Jardim Aurora e promover uma melhoria na qualidade de vida das famílias da região, através de atividades socioeducativas. Durante a conversa, ela também compartilhou informações da ONG, e isso foi enriquecendo significativamente nossa análise e contribuindo para uma compreensão mais profunda deste trabalho social.

O início da entrevista abordou a história de abertura e a motivação da criação da ONG, e logo após ela destaca os serviços oferecidos. Thalita também compartilhou conosco as missões da ONG onde se mostra um ponto chave para a continuação dos serviços sociais prestados pela ONG ABC Aurora.

A Associação Beneficente Comunitária Aurora é uma organização não governamental que foi fundada em 03/09/1996. A entidade sem fins lucrativos iniciou suas atividades com o nome Associação Beneficente Jardim Aurora e Adjacências, quando Dona Terezinha, atual presidente da Associação, juntou-se a outras mães com o propósito de suprir as necessidades do bairro Jardim Aurora e promover uma melhoria na qualidade de vida das famílias da região, através de atividades socioeducativas.

Em virtude da falta de oportunidades e a exposição de crianças e adolescentes à violência do bairro, a Associação deparou-se com a necessidade de atendê-los e, por conta disso, ergueu a primeira creche em 2007, onde oferece aulas para crianças de zero a quatro anos.

Ao decorrer dos anos, a Associação ampliou sua zona de atuação e começou a promover aulas e atividades socioeducativas para crianças e adolescentes em períodos, além de disponibilizar cursos profissionalizantes para jovens e adultos.

A Entidade abriu mais duas sedes, outra creche em 2012 e um CCA (Centro Para Crianças e Adolescentes) em 2014.

Atualmente, a ONG conta com funcionários e voluntários moradores da comunidade e internacionais, que trabalham todos os dias. Além disso, a Associação possui outros projetos independentes, que visam promover melhorias pontuais na comunidade.

A missão da ONG é organizar a transformação integral da sociedade por meio da conscientização, formação e participação das pessoas, sua visão é ser uma organização sustentável, com parcerias sólidas, para atender as demandas da comunidade relacionadas a formação do cidadão, já os valores são baseados em amor, dignidade, fraternidade, solidariedade e o respeito.

Seguindo com a entrevista ela falou sobre os serviços oferecidos:

A ONG oferece diversos benefícios para a comunidade, entre elas estão: centro de educação infantil, parceira com a Prefeitura de São Paulo para prover atendimento as crianças de 0 a 3 anos com atendimento de 229 crianças em período integral, focando em abordagem pedagógica baseada na centralização na criança e em toda sua habilidade investigativa e pesquisadora;

Centro para crianças e adolescentes, é uma parceria com a Prefeitura de São Paulo para centro de convivência e fortalecimento de vínculos social para a inclusão de crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social e escolar desenvolvendo atividades socioeducativas com temas diversificados no qual os educandos aprendem de forma lúdica, interagindo com outras crianças promovendo um convívio saudável. Dentre as atividades os educandos desenvolvem oficinas diversas (dança, teatro, idioma inglês, circense), atividades esportivas/recreativas, promoção de eventos com parceiros, passeios diversificados como visitas a espaços públicos e culturais (Pátio do Colégio, Pacaembu, CEU, entre outros);

O projeto viva leite, foi um dos projetos mais antigos nosso iniciado em 2001, visando contribuir para garantia de benefício socioassistencial de alimentação em parceria com o governo do estado de São Paulo, o programa distribui leite para idosos acima de 60 anos e crianças a partir de 06 meses mensalmente;

Hora das garotas é um projeto que ajuda a promover um espaço em que as meninas se sintam confortáveis para expor seus pontos de vista, questionar situações que vivenciam ou não e assim poder gerar no grupo um diálogo crítico reflexivo. Garotas entre 12 a 17 anos pode participar de um espaço de troca de experiência, onde podemos ter um prazer de criarmos vínculos por meio das nossas relações;

E por último o projeto comunidade solidária, este projeto disponibiliza a entrega de cesta básica a famílias necessitadas, já foram entregues mais de 1.500 cestas básicas.

3.3 Planejamento estratégico do CCA

3.3.1 Missão, visão e valores

A missão da ONG é transformar a vida de crianças e adolescentes, ajudando a manter uma a relação familiar de qualidade, proporcionar atividades que melhorem a convivência com o próximo e trazer apoio psicológico a todos.

A visão é se tornar referência no combate à desigualdade, violência e problemas psicológicos, fazendo com que cada dia mais as pessoas consigam viver em um ambiente respeitável e igualitário.

Os valores da ONG têm o intuito de preservar e fortalecer vínculos familiares, orientar a honestidade e respeito, manter a empatia e transparência com o próximo.

3.3.2 Serviços oferecidos

A ONG Olhar da Juventude: Centro para Crianças e Adolescentes (CCA) irá oferecer uma variedade de serviços para atender às necessidades específicas dessa faixa etária. Esses serviços visam promover o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes, proporcionando apoio educacional, emocional, social e muitas vezes também físico, como:

1- O incentivo a educação e cultura: através de programas educacionais que sejam interessantes e relevantes para a faixa etária atendida, atividades práticas, projetos colaborativos e tecnologia para tornar o aprendizado mais envolvente, promovendo a participação ativa dos alunos nas atividades educacionais, permitindo que expressem suas opiniões, façam perguntas e contribuam para o processo de aprendizado. O CCA também inclui o desenvolvimento de atividades que incentivem a curiosidade e a exploração, projetos que permitam que os alunos expressem criatividade e inovação, disponibilizando recursos educativos interativos, como jogos, livros e aplicativos educativos, utilizando a tecnologia de maneira consciente para tornar o aprendizado mais dinâmico. Integrar de atividades extracurriculares. Para conseguir isso será necessário parcerias com escolas locais para ter acesso a recursos educacionais e ações colaborativas e visitas a instituições educacionais superiores para inspirar metas educacionais mais elevadas.

2- Atividades recreativas e culturais: uma organização de atividades recreativas, como esportes, jogos e eventos culturais, e promoção de expressão artística e cultural por meio de aulas de música, dança, teatro, entre outras.

3- Apoio psicológico e social: serviços de aconselhamento e apoio psicológico para lidar com questões emocionais e sociais, e atividades que promovem a construção de habilidades sociais e emocionais.

4- Programas de prevenção à violência e delinquência: no desenvolvimento de programas educativos que abordam a prevenção à violência, bullying e delinquência juvenil.

5- Atividades ambientais e sustentáveis: como projetos que promovem a conscientização ambiental e práticas sustentáveis, e hortas comunitárias, reciclagem e outras atividades relacionadas ao meio ambiente.

6- Apoio as famílias: através de orientação e suporte para as famílias das crianças e adolescentes atendidos e programas que envolvem os pais nas atividades e no progresso educacional de seus filhos. Promovendo a participação dos pais nas atividades educacionais realizando reuniões regulares para compartilhar o progresso e discutir estratégias de apoio.

3.3.3 Recursos necessários

Os recursos necessários para a ONG são:

Equipe qualificada: Profissionais capacitados, como assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e outros especialistas, dependendo das necessidades específicas das crianças e adolescentes atendidos.

Instalações adequadas: Um espaço físico seguro e apropriado para atividades educacionais, recreativas e terapêuticas localizado no bairro de Itaquera.

Material educativo: Livros, jogos, recursos pedagógicos e diversos outras matérias para apoiar as atividades educativas.

Atividades recreativas: Recursos para atividades físicas e recreativas que promovam o desenvolvimento saudável e a interação social.

Programas educacionais e sociais: Desenvolvimento de programas educacionais adaptados às necessidades e idades das crianças e adolescentes, bem como programas sociais que abordem questões como prevenção ao bullying, educação sexual, entre outros.

Parcerias com a comunidade: Colaboração com outras organizações, escolas, empresas locais e profissionais que possam fornecer recursos para enriquecer os serviços oferecidos e aumentar as oportunidades adicionais para as crianças e adolescentes. Envolvendo a comunidade local, incentivando a participação e apoio voluntário.

Avaliação e monitoramento: Mecanismos para avaliar o progresso e o impacto dos programas, bem como monitorar o bem-estar das crianças e adolescentes atendidos.

Elaboração de Projetos e Propostas: Desenvolver projetos claros e propostas bem estruturadas que destaquem os objetivos do CCA, as necessidades da comunidade atendida e como os recursos serão utilizados.

Promoção e Conscientização: aumentando a visibilidade do CCA por meio de campanhas de conscientização e marketing social, destacando os sucessos e impactos positivos para atrair o interesse de doadores e parceiros.

3.3.4 Equipe de trabalho

A equipe de trabalho do Centro para Crianças e Adolescentes será formada por:

O diretor que será responsável por coordenar toda a equipe da ONG, definir as estratégias e as metas da organização, representar a entidade perante os parceiros e os financiadores, gerenciar os recursos e os resultados, desenvolve e implementa políticas e programas e supervisiona todas as operações.

O coordenador de área este é responsável por coordenar uma área específica da ONG, como educação, saúde, meio ambiente etc., planejar e executar os projetos relacionados à sua área, supervisionar e orientar os funcionários e os voluntários, monitorar e avaliar os indicadores e os impactos, entre outras.

O assistente administrativo que é o encarregado por auxiliar nas tarefas administrativas da ONG, como atender o público, organizar os documentos, controlar o fluxo de caixa, emitir notas fiscais, elaborar relatórios, entre outras.

O assistente social que avalia as necessidades individuais das crianças e adolescentes, oferece suporte emocional e orientação, e facilita o acesso a recursos externos, como assistência social e serviços de saúde.

O assistente técnico que é o incumbido por auxiliar nas tarefas técnicas da ONG, como realizar pesquisas, elaborar materiais, capacitar os beneficiários, acompanhar as atividades, entre outras.

O psicólogo o qual realiza avaliações psicológicas, oferece aconselhamento individual e em grupo, desenvolve programas de apoio emocional e psicossocial, ajudando de muitas maneiras esse público que necessita de uma boa saúde mental.

Por fim os voluntários que são designados por doar seu tempo, seu talento e sua energia para contribuir com a missão e os objetivos da ONG, com motivação e comprometimento, esses apoiam em diversas áreas, como tutoria, atividades recreativas, eventos especiais e contribuem para a integração da comunidade no funcionamento do CCA.

3.3.5 Remuneração e contratação

A organização não governamental Olhar da Juventude adota uma prática transparente e responsável ao remunerar seus colaboradores envolvidos diretamente na gestão executiva. O processo de determinação dos valores a serem pagos a esses profissionais é conduzido pelo conselho de deliberação, que se utiliza de critérios para tomar decisões equitativas e alinhadas com as melhores práticas do mercado.

Ao deliberar sobre os valores a serem destinados a cada membro da equipe executiva, o conselho considera a faixa salarial praticada no mercado para cada função específica. Isso assegura que as remunerações sejam justas e competitivas, refletindo o valor e as responsabilidades associadas a cada cargo.

Vale ressaltar que todas as decisões tomadas durante essas deliberações são registradas de maneira formal em atas. Esse cuidado com a documentação garante a transparência do processo e serve como um registro oficial das deliberações realizadas, reforçando o compromisso da ONG Olhar da Juventude com a integridade e a responsabilidade em sua gestão financeira.

A ONG não apenas planeja realizar contratações de funcionários, mas também está comprometida em seguir as diretrizes do regime CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Essa decisão é condicional à formalização adequada do contrato de trabalho, assegurando que todos os detalhes estejam devidamente registrados conforme as exigências legais.

Além disso, a organização está empenhada em cumprir integralmente com suas obrigações trabalhistas, incluindo o recolhimento de todas as verbas trabalhistas pertinentes. Essa abordagem reforça o compromisso da ONG com a ética, a transparência e o respeito aos direitos dos seus colaboradores, proporcionando um ambiente de trabalho justo e alinhado com as normas regulatórias vigentes.

3.3.6 Parcerias Público-Privadas (PPPs)

A ONG Olhar da Juventude está atualmente empenhada em estabelecer parcerias estratégicas com as Parcerias Público-Privadas (PPPs), uma abordagem inovadora que visa obter financiamento por meio do Estado. Essa iniciativa representa um passo significativo na busca por recursos para a organização, permitindo que participe ativamente de projetos específicos em colaboração com os setores público e privado.

Ao alinhar-se com as PPPs, a ONG planeja contribuir significativamente para a execução de programas abrangentes em diversas áreas, incluindo social, ambiental, saúde, educação e infraestrutura. A organização trará para essas parcerias sua rica experiência, uma equipe de recursos humanos qualificados e conhecimento técnico especializado. Essa colaboração estratégica vai além do mero financiamento, pois cria oportunidades para a implementação eficaz de iniciativas voltadas para o desenvolvimento social.

Através dessa abordagem inovadora, a ONG não apenas assegura recursos financeiros, mas também abre portas para impactar positivamente a comunidade. A melhoria da qualidade de vida, o avanço de causas relevantes para a juventude e a promoção do desenvolvimento sustentável tornam-se metas alcançáveis por meio dessa colaboração. Ao fortalecer o impacto positivo e a eficácia dos projetos realizados, a ONG Olhar da Juventude destaca-se como uma entidade comprometida em promover mudanças significativas e sustentáveis na sociedade. Essa abordagem inovadora reflete o compromisso da organização em buscar soluções holísticas para desafios sociais complexos, fortalecendo assim seu papel como agente de transformação positiva.

3.4 Modelo de negócios Canvas

O Modelo de Negócios Canvas na ONG Olhar da Juventude consiste em nove componentes principais organizados em um quadro:

Tabela 1- Modelo de negócios Canvas



Fonte: de autoria própria.

O Canvas é uma ferramenta flexível utilizada na ONG Olhar da Juventude para desenhar e adaptar modelos de negócios de maneira clara e concisa. É particularmente útil para planejar, inovar, comunicar a estratégia da organização, descrever e planejar como criam, entregam e capturam valor. No contexto da ONG que atua com crianças e adolescentes, o Canvas pode ser usado para estruturar de forma clara e organizada as atividades e operações da organização, mesmo que ela não esteja visando lucros, mas sim impacto social positivo.

3.5 Plano de ação

A matriz 5W2H é uma ferramenta que permite estruturar um plano de ação considerando cinco elementos: What (O que será feito), Why (Por que será feito), Who (Quem fará), When (Quando será feito), How (Como será feito). Vamos desenvolver um plano de ação para uma ONG que atua com crianças e adolescentes com o objetivo de fornecer um roteiro detalhado e organizado para a organização alcançar seus objetivos de forma eficiente e eficaz.

O intuito de um plano de ação 5W2H é fornecer clareza e direção para as atividades da ONG, garantir que todos os envolvidos compreendam o que está sendo feito e por que, e permitir o acompanhamento e a avaliação do progresso em direção aos objetivos. Além disso, ajuda a assegurar que os recursos sejam alocados de forma eficiente e que as ações da ONG sejam consistentes com sua missão e visão.

Tabela 2- Tabela 5W2H

5w2h						
What? (O que?)	Why? (Por que?)	Who? (Quem?)	When? (Quando?)	Where? (Onde?)	How? (Como?)	How much? (Quanto?)
Identificar as necessidades das crianças e adolescentes na comunidade.	Para fornecer suporte educacional e social.	Equipe da ONG	Mês 1	Local da ONG	Pesquisa de campo, entrevistas, análise de dados.	Recursos financeiros, equipamentos.
Desenvolver programas educacionais e culturais para o CCA.	Para melhorar as oportunidades de aprendizado e desenvolvimento.	Equipe de educadores e voluntários	Mês 2-4	Instalações do CCA	Criação de currículos, agendamento de atividades.	Financiamento, voluntários.
Estabelecer parcerias com escolas e instituições locais.	Para ampliar recursos e suporte às crianças.	Equipe de educadores e voluntários	Mês 3-5	Comunidade local	Reuniões com parceiros, acordos de cooperação.	Networking, documentação legal.
Recrutar e treinar voluntários para o CCA.	Para oferecer supervisão adequada às crianças.	Coordenador de voluntários	Mês 6-7	Instalações do CCA	Recrutamento, treinamento em políticas e procedimentos.	Recursos para treinamento.
Avaliar o progresso e os resultados dos programas.	Para medir o impacto e ajustar estratégias.	Equipe de avaliação	Mensalmente	Local da ONG	Coleta de dados, análise estatística.	Recursos para avaliação.

Fonte: de autoria própria.

3.6 Persona

Uma persona é uma personificação fictícia do cliente ideal de uma empresa, criada com base em informações reais sobre seu comportamento e características.

Neste caso a persona criada é um jovem chamado Lucas, ele tem 25 anos, solteiro, e é formado em publicidade e propaganda na Universidade de São Paulo. Com o decorrer da sua jornada de trabalho começou a ter interesse em trabalhos comunitários, associações e ongs, estando obstinado em ajudar a comunidade na qual morou ao longo de sua vida, além de outras ao redor buscando dar apoio e melhoraria mediante a sociedade em que vivemos, se tornando um dos associados das ongs próximas, e agora ele tem como objetivo abrir a sua própria ong. Dessa maneira ele veio em busca da acessória da ong, com o intuito de receber o auxílio para realizar os passos necessários.

3.7 Assessoria

3.7.1 Passo a passo para abertura de uma ONG

1º passo - convocar interessados: Basicamente, será preciso em primeiro lugar selecionar uma equipe capacitada para o desenvolvimento da equipe. É necessário que esse grupo tenha no mínimo cinco colaboradores, onde serão responsáveis pelo compartilhamento e divisão das tarefas. É necessário que as pessoas sejam de confiança e concluam devidamente seus deveres, além de cumprir com sua palavra ao se voluntariar. Sabendo isso, é importante lembrar que sua equipe é o principal, porém ela pode variar ao decorrer do tempo, logo, não se torna tão excepcional ter uma formação fixa logo no início do projeto.

2º passo - definir estatutos e representantes legais: A base da posição social de uma organização é como uma constituição que integra todas as regras e princípios da associação. Antes de discutir os fundamentos legais, é importante garantir que todos entendam os termos do acordo. Os estatutos de muitas associações podem ser diferentes, pois se alinham especificamente com cada grupo. Segundo (Pinheiro, 2020) leis específicas da associação exigem presente nos estatutos, com os temas gerais descritos a seguir:

- O nome e a sigla da entidade estão listados na declaração;
- O fórum e a sede estão localizados próximos um do outro;
- Os objetivos da organização estão descritos em seu estatuto;
- Os membros são diferenciados por seu tipo;
- Quem responde pela entidade;

- Poderes como conselho fiscal, conselho de administração e assembleia;
- Duração;
- Mudanças nos estatutos;
- A entidade pode ser dissolvida por meio do método;
- A destinação final dos bens em caso de cisão.

Depois de se alinhar com a segunda etapa, escolha pelo menos cinco pessoas para atuar como representantes legais da organização. Esses indivíduos devem ser colocados em três conselhos fiscais separados, que são liderados por um presidente e um vice-presidente. Os conselhos de administração podem ter qualquer número de representantes legais. É importante observar que um conselho de administração não pode ter menos de cinco representantes legais. Ao construir um conselho de administração, concentre-se nesses dois conceitos críticos antes de passar para a próxima etapa.

3° passo - requisitos que devem constar no estatuto: O estatuto da entidade, de acordo com o novo Código Civil (art. 54) e com a Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015/73, art. 120) deve conter obrigatoriamente os seguintes dispositivos:

- A denominação, o fundo social (quando houver), os fins e a sede da associação ou fundação, bem como seu tempo de duração;
- O modo pelo qual se administra e representa a sociedade, ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente;
- Se os membros respondem ou não, subsidiariamente, pelas obrigações da entidade;
- Os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados;
- Os direitos e deveres dos associados;
- As fontes de recurso para sua manutenção;
- O modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos;
- As condições para a alteração das disposições estatutárias e para sua dissolução e, se isto ocorrer, o destino de seu patrimônio;

- Os nomes dos fundadores ou instituidores e dos membros da diretoria, provisória ou definitiva, com indicação de nacionalidade, estado civil e profissão de cada um, bem como o nome e a residência do dono dos exemplares (requisitos para o registro).

Cabe observar que o art. 61 do novo Código Civil admite que o estatuto preveja a possibilidade de restituição de contribuições, quando da dissolução da entidade, antes da destinação do patrimônio a entidade congênere, nos seguintes termos: “Art. 61. Dissolvida a associação, o remanescente do seu patrimônio líquido, depois de deduzidas, se for o caso, as quotas ou frações ideais referidas no parágrafo único do art. 56, será destinado à entidade de fins não econômicos designada no estatuto, ou, omissis este, por deliberação dos associados, à instituição municipal, estadual ou federal, de fins idênticos ou semelhantes. §1º Por cláusula do estatuto ou, no seu silêncio, por deliberação dos associados, podem estes, antes da destinação do remanescente referida neste artigo, receber em restituição, atualizado o respectivo valor, as contribuições que tiverem prestado ao patrimônio da associação.”

4º passo - assembleia geral: Como documento obrigatório para a fundação legal da associação, a primeira Assembleia Geral deve acompanhar os detalhes de sua reunião em um secretário e um vice-secretário. Isso ocorre porque tomar notas é crucial para manter a autoridade legal para o grupo. É importante que os membros concordem com todo o conteúdo na primeira montagem para evitar disputas. Recomenda-se que todos os estatutos sejam lidos em voz alta durante a primeira assembleia para garantir que sejam compreendidos por todos os membros. O Conselho de Administração deve seguir os termos dos estatutos quando tomar posse pela primeira vez na primeira Assembleia Geral.

5º passo - registro legal: As organizações privadas não-lucrativas são registradas no cartório de registros civis de pessoas jurídicas. Segundo a Lei de Registros Públicos, é preciso apresentar (no mínimo): duas vias do estatuto social vistas pelo advogado; duas vias da ata da assembleia geral de constituição vistas pelo advogado, com eleição dos dirigentes e termos de posse; e requerimento de registro assinado pelo representante legal da organização. Deve-se pagar as taxas, registrar o livro de atas e os estatutos, e publicar um extrato dos mesmos, aprovados, no Diário Oficial. Com o registro concluído, a organização já é pessoa jurídica legalmente existente e deve efetuar os registros suplementares. Do ponto de vista

fiscal, a regularização da organização junto à Secretaria da Receita Federal permite o seu registro no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF). Quanto à regularização trabalhista, a organização, mesmo que não tenha empregados, deve apresentar documentos e informações anuais à Previdência. Se quiser contratar empregados, deverá registrar-se no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O espaço a ser utilizado como sede também precisa ser regularizado perante a prefeitura. É importante procurar um contador. No caso de realizar operações financeiras, abrir conta bancária ou celebrar contratos, é necessário também que a entidade tenha o CGC.

6° passo – receita federal e CNPJ

Para a abertura do CCA é necessário definir os objetivos e formar uma comissão para a redação de um estatuto social. Após a aprovação do estatuto, é organizada a eleição que vai decidir o comando da entidade. Realizado o pleito, é oficializada a posse da diretoria do CCA. Para registrar a entidade, será preciso encaminhar a documentação ao Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, pagar as taxas e registrar um livro de atas.

Em seguida é necessário um contador para dar entrada no CGC (CNPJ) – o cadastro do Ministério da Fazenda. E a inscrição estadual do CCA. Isso possibilita a captação de recursos, abertura de conta bancária, locação de um imóvel etc. Solicite a qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público no Ministério da Justiça.

3.8 Conceitos estudados

Os conceitos de administração de um Centro para Crianças e Adolescentes (CCA) envolve a aplicação de diversos conceitos fundamentais, para assim promover uma gestão eficaz e alcançar os objetivos da organização. Alguns dos conceitos que foram implantados são:

Gestão de Recursos:

Ele irá efetivar a alocação e utilização de recursos, incluindo financeiros, humanos e materiais, para garantir a eficiência e sustentabilidade das operações.

Desenvolvimento Organizacional:

A ONG irá fazer a implementação de estratégias para melhorar a eficácia da organização, incluindo a adaptação a mudanças nas necessidades da comunidade e a promoção de uma cultura organizacional positiva.

Planejamento Estratégico:

A ONG usará o planejamento estratégico para fazer a definição de metas e objetivos a longo prazo, identificando os desafios e oportunidades, e o desenvolvimento de planos para alcançar resultados desejados.

Gestão de Projetos:

Com a gestão de projetos será feita a aplicação de práticas para planejar, executar e monitorar projetos específicos, garantindo que sejam concluídos com sucesso e dentro do prazo estabelecido.

Gestão de Pessoas:

Na gestão de projetos será feito o desenvolvimento de políticas e práticas de recursos humanos, para assim atrair, motivar, treinar e reter uma equipe qualificada e engajada.

Captação de Recursos:

A captação de recursos contará com a implementação de estratégias para angariar fundos, incluindo parcerias com organizações e escolas da região, solicitação de doações, busca de subsídios e ajuda do governo local.

Avaliação de Impacto:

Será feita a medição e avaliação sistemática dos resultados e impactos das atividades do CCA, para garantir a eficácia e a prestação de contas.

Gestão de Qualidade:

Servirá para implementar padrões e processos, para garantir a qualidade dos serviços prestados, bem como a satisfação das crianças, adolescentes e suas famílias.

Comunicação Eficaz:

Isso ajudará no desenvolvimento de estratégias de comunicação interna e externa, para manter transparência, promover a imagem do CCA e envolver a comunidade.

Inovação e Adaptação:

Irà proporcionar o estímulo à inovação, para responder às mudanças nas necessidades da comunidade, incorporando novas abordagens e tecnologias quando apropriado, como por exemplo canais de streaming para as crianças e adolescentes que estão dentro do CCA

Advocacia e Conscientização:

Irà promover os interesses e necessidades das crianças e adolescentes, além da conscientização sobre questões relevantes para a comunidade atendida.

Esses conceitos foram implementados para forma a base para uma administração eficaz, assegurando que o CCA cumpra sua missão e proporcione um ambiente positivo e de apoio para o desenvolvimento das crianças e adolescentes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo ressalta a importância da criação de um Centro de Crianças e Adolescentes (CCA) dedicado a atender às diversas necessidades de crianças e jovens em variadas situações. A abordagem adotada visa agir no combate à redução das desigualdades que afetam crianças e adolescentes, concentrando-se na construção de mecanismos para facilitar o acesso à educação, bem-estar e convivência. O objetivo é colaborar com a redução da delinquência juvenil e de outros fatores motivados por situações de impacto social.

A atuação da CCA no combate à diminuição das desigualdades que afetam crianças e adolescentes resultara em um sucesso de alcançar seus objetivos e confirmar a veracidade de suas hipóteses. A abertura da ONG possibilitará a construção de mecanismos de acesso à educação, bem-estar e convivência, colaborando efetivamente com o poder público na missão político-social.

Os objetivos específicos são claros e podem ser atingíveis, compreendendo detalhes da abertura e funcionamento de uma ONG, mantendo apoio financeiro do poder público. Realizando pesquisas, desenvolvendo projetos educacionais e sociais focados em crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Os objetivos não foram de fato implantados por não haver recursos suficientes nem tempo para a abertura de uma CCA, porém acreditasse que os objetivos e hipóteses citados podem sim ser alcançados.

Foi concluído que abrir e gerenciar uma CCA é um sacrifício, que é um trabalho grande de gestão, e que para conseguir atingir os objetivos da missão de uma CCA é difícil. Contudo entendemos a importância que tem o poder público e como uma CCA atua para cumprir a missão do estado.

Nas últimas décadas o Brasil testemunhou uma crescente desigualdade social na distribuição de renda e elevados níveis de pobreza, levando crianças e adolescentes a situações de vulnerabilidade. Isso resulta em índices alarmantes de mortalidade infantil, atraso no desenvolvimento, evasão escolar, acesso a substâncias prejudiciais, desnutrição, gravidez na adolescência e, em alguns casos, a vida nas ruas. Como consequência, eles são privados do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania.

Frente a essa realidade, a criação de um CCA se revela como uma ideia que visa assegurar o bem-estar dessas crianças e adolescentes, fazendo a diferença em suas vidas. O CCA promoverá projetos que garantirão o exercício de direitos dos quais foram privados, como educação, saúde, alimentação, segurança e respeito. Proporcionará momentos de lazer e apoio emocional, com o auxílio de profissionais qualificados, criando um ambiente seguro e acolhedor.

A implementação de programas de educação sexual nos CCAs pode aprimorar a conscientização e a saúde sexual entre os jovens, reduzindo a incidência de gravidez na adolescência. Além disso, a oferta de atividades extracurriculares nos Centros de Crianças e Adolescentes pode contribuir para o desenvolvimento social e acadêmico desses jovens. A promoção de hábitos alimentares saudáveis, com o auxílio de nutricionistas nos CCAs, pode ajudar a reduzir as taxas de obesidade infantil e incentivar um estilo de vida mais saudável. Programas de prevenção ao uso de drogas e álcool, como o "Proerd", também podem ser implementados nos CCAs. Por fim, estratégias de inclusão e apoio para crianças e adolescentes com deficiência serão incorporadas ao projeto.

A pesquisa realizada neste estudo é de natureza exploratória, adotando a estratégia de pesquisa qualitativa. Para a coleta de dados, foi criada uma persona representando um jovem que cresceu em uma comunidade e busca criar sua própria associação. Uma entrevista com 14 perguntas exploratórias, conduzidas por meio de questionários online, foram realizadas como parte do estudo de caso. Os entrevistados foram escolhidos com base em suas vastas experiências na gestão de associações, especificamente os Centros de Crianças e Adolescentes (CCAs), com o objetivo de observar como os conceitos apresentados na pesquisa podem ser colocados em prática.

A entrevista com Thalita Vasconcellos, dona da ONG no bairro Jardim Aurora, foi crucial para o estudo de caso sobre a abertura de uma CCA. Ela ofereceu insights sobre a motivação da ONG, sua evolução ao longo dos anos e os serviços oferecidos. Thalita detalhou a missão, visão e valores da ONG, proporcionando uma compreensão profunda do compromisso social. Ao abordar a história da entidade e descrever projetos específicos, como "Hora das Garotas" e "Comunidade Solidária", ela enriqueceu a pesquisa, mostrando de forma prática como uma CCA pode ser estruturada e beneficiar a comunidade.

Durante o TCC, o grupo enfrentou alguns desafios que dificultaram a realização e conclusão do trabalho. A falta de uma comunicação clara entre os membros do grupo e a falta de comprometimento com as responsabilidades atribuídas resultaram em sobrecarga para alguns integrantes. Além disso, a busca por informações adequadas e coesas para o trabalho e a formatação das referências foram fatores que dificultaram a realização do trabalho para alguns integrantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Sampaio, I. Bolsa Família: concepções, aspectos positivos e negativos desde o programa de transferência de renda. Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/9775/1/TCC%20luri%20Sampaio.pdf>
Acesso em 6/10/23

Freitas, E. Por uma cultura pública. Universidade Federal da Bahia. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/10589/1/dissert_Elizabeth%20Freitas.pdf
Acesso em 6/10/23

Mendonça, NRM (2013). Universidade Federal do Ceará. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/29612/1/2013_tcc_nrmmendon%C3%A7a.pdf
Acesso em 6/10/23

Simon, HA (1947). Administração Pública.

Weber, M. (1919). Economia e Sociedade.

Folett, deputado (1918). Administração Dinâmica.

Kotler, P. (2021). Administração de Marketing.

Collins, J. (2001). Bom a ótimo.

Sandberg, S. (2013). Lean In: Mulheres, Trabalho e Vontade de Liderar.

Marrom, B. (2012). Ousadia Grande: Como a Coragem de Ser Vulnerável Transforma a Maneira como Vivemos, Amamos, Criamos e Lideramos.

Christensen, C. (1997). O Dilema do Inovador.

Sinek, S. (2009). Comece pelo Porquê: Como os Grandes Líderes Inspiram Todos a Agir.

Covey,SR (1989). Os 7 Hábitos das Pessoas Altamente Eficazes.

HESKETT, JL et al. A influência da motivação dos funcionários na satisfação do cliente: um estudo empírico em uma organização de serviços. Ano de publicação: 1994. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/511/447>
Acesso em 6/10/23

ANDERSON, N.; WEST, MA Inovação organizacional e desempenho: o papel da cultura e do clima organizacional. Ano de publicação: 1998. Disponível em: https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos08/345_seget.08-Clima%20e%20cultura%20organizacional%20no%20desempenho%20das%20empresas.pdf Acesso em 6/10/23

COX, T. Gestão da diversidade no local de trabalho: uma revisão e pesquisa futura. Ano de publicação: 1994. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/11114/1/TCC%20Caroline%20Nunes.pdf> Acesso em 6/10/23

BASS, BM Uma liderança transformacional e sua influência no desempenho organizacional. Ano de publicação: 1999. Disponível em: influência em relação ao desempenho no ambiente organizacional http://www.atenas.edu.br/uniatenas/assets/files/spic/monography/LIDERANCA__influencia_em_relacao_ao_desempenho_no_ambiente_organizacional.pdf Acesso em 6/10/23

KIM, W. Chan; MAUBORGNE, Renée. A Estratégia do Oceano Azul. Ano de publicação: 2005.

DRUCKER, Peter F. Inovação e Empreendedorismo. Ano de publicação: 1985.

DRUCKER, Pedro. Administração Moderna. Ano de publicação: 1954.

BRÊTAS, José Roberto da Silva et al. Aspectos da sexualidade na adolescência. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, p. 3221-3228, 2011.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. *São Paulo em perspectiva*, v. 14, p. 51-56, 2000.

KRAEMER, Graciele Marjana; THOMA, Adriana da Silva. Acessibilidade como condição de acesso, participação, desenvolvimento e aprendizagem de alunos com deficiência. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 38, p. 554-563, 2018.

PFEIFFER, Lucij; SALVAGNI, Edila Pizzato. Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. *Jornal de pediatria*, v. 81, p. s197-s204, 2005.

BRÊTAS, José Roberto da Silva; SILVA, Conceição Vieira da. Orientação sexual para adolescentes: relato de experiência. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 18, p. 326-333, 2005.

DE QUEIROZ SOUZA, Kênia Paulino; DE PINHO, Maria José. Criatividade e inovação na escola do século XXI: uma mudança de paradigmas. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 11, n. 4, p. 1906-1923, 2016.

OLIVEIRA, Edileusa Borges Porto; ALENCAR, Eunice Maria Lima Soriano de. Importância da criatividade na escola e no trabalho docente segundo coordenadores pedagógicos. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, v. 29, p. 541-552, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Políticas de Alimentação Escolar / Lorena Gonçalves Chaves Medeiros. 4. ed. atual. rev. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, Rede e-Tec Brasil, 2013.

XAVIER, Bruna Gomes; VOSS, Hellynn Christine; SAGAZ, Valéria Rossi. O PAPEL DA FAMÍLIA DE CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA QUE FREQUENTAM O CREAS-ACONCHEGO. *Trabalhos de Conclusão de Curso-Faculdade Sant'ana*, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa de suplementação: sobre o PNAE. 2018. Disponível em: <<https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>>. Acesso em: 09 nov. 2023.

FRAGA, A. B.; WACHS, F. (Orgs.) Educação física e saúde coletiva: políticas de formação e perspectivas de intervenção. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/arquivos/snelis/esporteLazer/cedes/EducacaoFisicaSaudeColetiva.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2023.

CAMARGO, Josane Laura Machado de. Contribuições da arte para o desenvolvimento do indivíduo: uma pesquisa bibliográfica. 2018.

LIBERMANN, A. P; BERTOLINI, G. R. F. Tendências de pesquisa em políticas públicas: uma avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, n. 11, p. 3533-3546, 2015.

GONÇALVES, Maria Cristina. Coleção repensando a Educação Física: da Educação Infantil ao Ensino Fundamental. Módulo 2 – Equipe BNL; Curitiba: Bolsa Nacional do Livro, 2009

Simões, M. C. T., Fonseca, A. C., Formosinho, M. D., Dias, M. L. V., & Lopes, M. C. (2008). Abandono escolar precoce: Dados de uma investigação empírica. *Revista Portuguesa De Pedagogia*, (42-1), p. 135-151.

YUNES, M. A. M.; SZYMANSKI, H. O estudo de uma família que supera as adversidades da pobreza: caso de resiliência familiar? *Psicodebate* 7. Psicologia, Cultura y Sociedad. Fundación Universidad Federal de Rio Grande do Sul, 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva. Coleção educação contemporânea; 3. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

AQUINO, Júlio Groppa. O mal-estar na escola contemporânea: erro e fracasso em questão. AQUINO, J. G. (Org.). In: *Erro e fracasso na escola: alternativas teóricas e práticas*. 4. ed. São Paulo: Summus, 1997, p. 91-110.

MARONESE, Maria. Educação financeira: uma necessidade para os jovens consumidores, v. 1, p. 7, 2016.

ENEF. Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) - Banco Central Brasil: Implementando a Estratégia Nacional de Educação Financeira. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <
https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf >. Acesso em: 03 out. 2023.

BRUTES, Larissa; SEIBERT, Rosane Maria. O ensino da educação financeira a jovens de escolas públicas de Santo Ângelo. *Vivências: Revista Eletrônica de Extensão da URI*, v. 10, n. 18, p. 174-184, 2014.

SILVA, Ana Luiza Paz et al. Finanças pessoais: análise do nível de educação financeira de jovens estudantes do IFPB. João Pessoa: *Revista Princípiã*, p. 215-224, 2018.

INOQUE, S. R. V.; RISTUM, M. Violência sexual: caracterização e análise de casos revelados na escola. *Estud. psicol. (Campinas)* vol.25 no.1 Campinas Jan./Mar. 2008.

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - OCDE. Recommendation on Principle and Good Practices for Financial Education and Awareness. OCDE, 2005. Disponível em:

<http://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf> Acesso em: 03. out. 2023.

OLIVIERI, Maria. Educação Financeira. ENIAC Pesquisa, Guarulhos (SP), p. 43-51, v. 2, n. 1, jan.-jun. 2013.

PEREIRA, Glória Maria Garcia. A energia do dinheiro. Como fazer dinheiro e desfrutar dele. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

D'AQUINO, Cássia. Educação financeira: Como educar seus filhos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

KIOYOSAKI, Robert T.; LECHTER, S.L. Pai Rico, pai pobre: O que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro. 66° ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

MANUGRIEBELER. Mini Consumidores. 2014. Disponível em: < <https://www.ufrgs.br/vies/vies/mini-consumidores/> > Acesso em: 03 outubro, 2023.

SARTORI, F. L. O Natal e o consumo precoce provocam o aumento do poder de decisão de compra exercido pelas crianças e adolescentes sobre o consumo familiar. 2013. Disponível em: < <http://novamarketingpesquisa.blogspot.com.br>> Acesso em: 09 de outubro, 2023.

BRUHN, Miriam; Legovini, Arianna. ENEF: Uma Extraordinária Iniciativa no Campo da Educação Financeira. Revista da Nova Bolsa, 2013

SILVA FILHO, R. B.; ARAÚJO, R. M. L. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. Educação Por Escrito, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35-48, 2017.

GARCIA et al. (2000). Estranhos, Juventude e dinâmicas de exclusão social em Lisboa. Oeiras, Celta Editora.

COSTA, A. (1998). Projetos Escolas Inclusivas. Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.

VIADERO, D. The Dropout dilemma: Research hindered by lack of uniform way to count students who quit school. Education Week, v.20, n.21, p.26-29, fev. 2001.

FINN, J. D. Withdrawing from school. Review of Educational Research, v.59, n.2, p.117-142, 1989.

MURANI, Denize Bouttelet. Desenvolvendo orientação sexual com adolescentes. *Revista Bras. Crescimento Desenvolv. Humano*. 1996; 6(1/2):3-10.

SILVA, M. J. D. As causas da evasão escolar: estudo de caso de uma escola pública de Ensino Fundamental no município de Acará – PA. *Inter Espaço*, v. 2, n. 6 p. 367-378, 2016.

Ministério da Educação. Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Brasília: Ministério da Educação. 2019f. Disponível em em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld>. Acesso em: 03 out. 2023.

PNPAE – Plano Nacional de Prevenção ao Abandono Escolar (2004). Lisboa, Ministério da Educação / Ministério da Solidariedade e do Trabalho.

AMADO, J. (2001). *Interação Pedagógica e Indisciplina na Aula*. Lisboa, Edições Asa.

FUNDAÇÃO ABRINQ. Plano presidente amigo da criança e do adolescente. República Federativa do Brasil, I relatório semestral de acompanhamento. Novembro, 2004 / 2007.

FORATO, Ana. Lúcia, S. C., ARAUJO, Raquel M. A., QUEIROZ, Valéria M. V., COELHO, Maria S. L., BITENCOURT, Maria Cristina B. PRONAC - Programa de treinamento de professores na transmissão de informações sobre nutrição e alimentação da criança. Universidade Federal de Viçosa - Pró Reitoria de Extensão e Cultura, 2003.

PONTES, Tatiana. Orientação nutricional de crianças e adolescentes e os novos padrões de consumo: propagandas, embalagens e rótulos. Scielo, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpp/a/zzccZLDBM3LQCMbsDckSzMS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01, outubro de 2023.

TADDEI JA. Escolhas conscientes: crianças descobrem os alimentos mais saudáveis com incentivo de jogo educativo. Pesquisa FAPESP, 2004;

BOUCHARD, C.; SHEPHARD, R.; STEPHENS, T. Physical activity, fitness and health: International Proceedings and Consensus Statement. Champaign: Human Kinetics; 1994.

MICHALKO, M. (2002). Los secretos de los genios de creatividad. Barcelona: Gestión 2000.com.

FERNANDES, Vera Lúcia Penzo. A Criatividade no ensino de Artes Visuais: da reprodução à inclusão. 1. Ed. – Curitiba: Appris, 2016.

PAES, Bruna da Silva. As contribuições da arte para a formação do aluno na educação infantil. [2018]. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/biologia/as-contribuicoes-da37arte-para-a-formacao-do-aluno-na-educacao-infantil/10204>>. Acesso em: 01 out 2018 – 2018.

ALENCAR, E. M. L. S., & FLEITH, D. S. (2003a). Criatividade: múltiplas perspectivas (3a. ed.) Brasília: EdUnB.

FLEITH, D. S. (2007). A promoção da criatividade no contexto escolar. In A.

VIRGOLIM (Org.), Talento criativo: expressão em múltiplos contextos (pp.145-157).

ERIKSON, E. H. (1972). Identidade, juventude e crise Rio de Janeiro, RJ: Zahar.

ERIKSON, E. H. (1998). O ciclo de vida completo. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.

Kimmel, D. C., & Weiner, I. (1998). La adolescencia: una transición del desarrollo. Barcelona: Ariel.

ROSENBERG, F., & SIMMONS, R. G. (1975). Sex differences in the selfconcept in adolescence. *Sex Roles*, 1, 147-159.

SAMPAIO, I. E. (1995). Percepção das mães sobre a sexualidade dos seus filhos deficientes mentais Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

MEIRELLES JAB. Os Ets e a gorila: um olhar sobre a sexualidade, a família e a escola. In: Aquino JG, Souza MCC, Guirado M, Pinto HDS, Albertini P, Sayão R. et al. Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus; 1997.

MANTOAN, M.T.E. Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha. In: MANTOAN, M.T.E.; PRIETO, R.G. (Org.). Inclusão escolar São Paulo: Summus, 2006.

BAUMAN, Z. (2001). Modernidade líquida Rio de Janeiro, RJ: Zahar.

BAUMAN, Z. (1998). O mal-estar da pós-modernidade Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.

Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, 7 jul. 2015.

Machado, R. B. (2016). A inclusão como rede: uma análise de práticas de professores de educação física na contemporaneidade (tese). 2016 Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

MOREIRA, M. A inclusão do deficiente auditivo usuário de implante coclear: um olhar familiar à luz da legislação. Construindo o Serviço Social, n.16, p.59-87, 2006.

SILVA, A.C. Escola e família: uma parceria em prol da escola inclusiva. Fórum Crítico da Educação - Revista do ISEP, v.1, n.2, p.41-55, 2003.

CARVALHO, Claudia Maciel. Violência infanto-juvenil, uma triste herança. In: ALMEIDA, M. G. B. A violência na sociedade contemporânea. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. p. 31-42.

ABRAPIA. Abuso Sexual: Guia para orientação para profissionais da Saúde. Rio de Janeiro: Autores e Agentes Associados; 1997.

Margarido A, Próspero ENS, Grillo LP. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: Formação e conhecimento dos médicos. *Psicol. Argument.* 2013 [acesso em 2022 jan 21]; 31(74):405–414. Disponível em: https://www.academia.edu/74801854/Viol%C3%Aancia_dom%C3%A9stica_contra_crian%C3%A7as_e_adolescentes_Forma%C3%A7%C3%A3o_e_conhecimento_dos_m%C3%A9dicos

Brasil. Lei nº 13.431, de 14 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União. 14 Abr 2017.

Brasil. Estatuto da criança e do adolescente: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. 13. ed. Brasília, DF: Edições Câmara; 2010.

Carlos DM, Pádua EMM, Ferriani MGC. Violência contra crianças e adolescentes: o olhar da Atenção Primária à Saúde. Rev. Bras. Enferm. 2017 [acesso em 2022 mar 21]; 70(3):537-44. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/YHwJfcYnKH5g3Tr9p-BrWHCD/abstract/?lang=pt>

Martins DC. O estatuto da criança e do adolescente e a política de atendimento a partir de uma perspectiva sócio jurídica. Rev. Iniciação Científ. 2004; 4(1):63-77.

SANTOS FILHO, Gildo Magalhães dos. Construindo um itinerário histórico do desenho universal: a normatização nacional e internacional da acessibilidade. In: PRADO, Adriana R. de Almeida; LOPES, Maria Elizabete; ORNSTEIN, Sheila Walbe (orgs.) desenho Universal: caminhos da acessibilidade no Brasil. São Paulo: Annablume, 2010

RIFFEL, Cristiane Maria; KLANN, Débora Aline. O papel da comunicação para a captação de recursos nas ONGs—reflexões a partir de uma de pesquisa de campo. 2001.

TORRES, C. A bíblia do marketing digital: tudo o que você queria saber sobre marketing e publicidade na internet e não tinha a quem perguntar. São Paulo: Novatec Editora, 2018.

ABUMANSUR, H. O; HARDWICK, M. Captação de recursos: da teoria à prática. 2011 Disponível em: <http://www.sosma.org.br/files/pFiles/6.pdf> Acesso em: 30 jan. 2011.

ALBUQUERQUE, Antonio Carlos Carneiro. Terceiro Setor: história e gestão de organizações. São Paulo: Summus, 2006.

PRADO, Juliana do. Dos consultórios sentimentais à rede: apoio emocional pelas mídias digitais. São Carlos: UFSCar, p.28, 2015.

MISKOLCI, Richard. Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. Cronos: R. Pós-Grad. Ci. Soc. UFRN, Natal, v.12, n.12, p.09-22, jul./dez. 2011.

ASHLEY, Patrícia Almeida (org.). Ética e responsabilidade social nos negócios. 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 2005.

MEGGINSON, L.; MOSLEY, D. C.; PIETRI JR. P. H. Administração: conceitos e aplicações. 4.ed. São Paulo: Harbra, 1998.

COSTA, Zauli Santos Serra. Responsabilidade social na gestão escolar: construindo uma consciência ética e cidadã. 2009.

RAFAEL, E. J. Fundações e direito. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1997.

INSTITUTO ETHOS. Como as empresas podem (e devem) valorizar a diversidade. São Paulo: Ethos, 2000.

COUTINHO, Joana Aparecida. ONGs e responsabilidade social das empresas: solidariedade às avessas. ORG & DEMO, v. 5, n. 2, p. 167-186, 2004.

COÊLHO, Thaisa Mirella Duarte Cruz Martins et al. A comunicação digital no Terceiro Setor: o uso das mídias digitais pelo Instituto Maranhão Sustentável. Iniciacom, v. 10, n. 3, 2021.

PEIXOTO, Reginaldo; OLIVEIRA, Eloisa Elena de Moura Santos. As mídias digitais no contexto da sociedade contemporânea: influências na educação escolar. Revista Docência e Cibercultura, v. 5, n. 1, p. 80-96, 2021.

DANIEL, J. Educação e tecnologia num mundo globalizado. Brasília: UNESCO, 2003.

FREITAS, M. C. D., ALMEIDA, M. G. Docentes e discentes na sociedade da informação (A escola no Século XXI; v.2). Rio de Janeiro: Brasport, 2012.

CASTELLS, M.; CARDOSO, G. DEBATE: A Sociedade em rede - Do conhecimento à ação política. p. 19, 2005, Centro Cultura de Belém.

ROTHGIESSER, T. L. Sociedade civil brasileira e o Terceiro Setor. Disponível em: <http://www.terceirosetor.org.br/> Acesso em: 24 out. 2023.

ANGNES, Juliane Sachser et al. Captação de recursos na ONG "x": uma experiência prática interdisciplinar entre profissionais administração e secretariado executivo. Revista de Gestão e Secretariado, v. 2, n. 2, p. 5-32, 2011.

TACHIZAWA, T. Organizações não governamentais e Terceiro Setor: criação de ONGs e estratégias de atuação. São Paulo: Atlas, 2007.

ARMANI, D. O desenvolvimento institucional como condição de sustentabilidade das ONGs no Brasil. p. 10, 2003.

OLIVEIRA, Irani Maria da Silva. Uma investigação sobre a prestação de contas das entidades do terceiro setor brasileiro. 2009. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

TROW, Martin. Trust, Markets and Accountability. In: HIGHER Education: a comparative perspective. research & occasional paper series: CSHE.1.96. Center for Studies in Higher Education. University of California, Berkeley. Disponível em: < <http://www.ishi.lib.berkeley.edu/cshe> >. Acesso em: 18 mai. 2009.

CALDANA, Adriana Cristina Ferreira; SOUZA, Lícia Barcelos de; CAMILOTO, Cláudio Márcio. Sentidos das ações voluntárias: desafios e limites para a organização do trabalho. *Psicologia & Sociedade*, v. 24, p. 170-177, 2012.

A Prestação de Contas de ONGs. KmSolidário, 2020. Disponível em: < <https://kmsolidario.com.br/blog/a-prestacao-de-contas-de-ongs/> >. Acesso em: 24, out. de 2023.

SCHÜTZ, Gabriel Eduardo; FREITAS, Carlos Machado de; HACON, Sandra. Perspectivas da participação do público através de ONGs para a gestão ambiental na América Latina. *Cadernos EBAPE. BR*, v. 3, p. 01-15, 2005.

CAPTAÇÃO de recursos para ONGs: como conseguir. *Vertice Contadores*, 2023. Disponível em: < <https://verticecontadores.com.br/captacao-de-recursos-para-ongs-como-conseguir/#:~:text=A%20capta%C3%A7%C3%A3o%20de%20recursos%20para,diversos%20problemas%20sociais%20e%20ambientais> >. Acesso em: 24, out. de 2023.

ALVAREZ, Gabriela Montes et al. Formalização e abertura de ONG'S. 2022.

OS passos para se criar uma ONG. *Jornal do Senado*, Brasília, 30 de janeiro a 5 de fevereiro de 2006. Ano IV Nº 108. Disponível em: < https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/99639/060130_108.pdf?sequence=1&isAllowed=y >. Acesso em: 24, out. de 2023.

COUTINHO, Joana Aparecida. ONGs e responsabilidade social das empresas: solidariedade às avessas. *ORG & DEMO*, v. 5, n. 2, p. 167-186, 2004.

HASS, Edson. Ética e Responsabilidade Social nas Organizações não Governamentais. Contábeis, 2012. Disponível em: < <https://www.contabeis.com.br/artigos/821/etica-e-responsabilidade-social-nas-organizacoes-nao-governamentais/> >. Acesso em: 24, out. de 2023.

SCHEID, Liara Laís; MAFALDA, Marielle Picarelli; PINHEIRO, Mirian Teresinha. O Papel das Organizações Não Governamentais–ONGS para a divulgação da imagem turística do Brasil. Semintur, Caxias do Sul, p. 1-11.

Sampaio, I. Bolsa Família: concepções, aspectos positivos e negativos desde o programa de transferência de renda. Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/9775/1/TCC%20luri%20Sampaio.pdf>
Acesso em 6/10/23

Freitas, E. Por uma cultura pública. Universidade Federal da Bahia. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/10589/1/dissert_Elizabeth%20Freitas.pdf
Acesso em 6/10/23

Mendonça, NRM (2013). Universidade Federal do Ceará. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/29612/1/2013_tcc_nrmmendon%C3%A7a.pdf
Acesso em 6/10/23

Simon, HA (1947). Administração Pública.

Weber, M. (1919). Economia e Sociedade.

Folett, deputado (1918). Administração Dinâmica.

Kotler, P. (2021). Administração de Marketing.

Collins, J. (2001). Bom a ótimo.

Sandberg, S. (2013). Lean In: Mulheres, Trabalho e Vontade de Liderar.

Marrom, B. (2012). Ousadia Grande: Como a Coragem de Ser Vulnerável Transforma a Maneira como Vivemos, Amamos, Criamos e Lideramos.

Christensen, C. (1997). O Dilema do Inovador.

Sinek, S. (2009). Comece pelo Porquê: Como os Grandes Líderes Inspiram Todos a Agir.

Covey,SR (1989). Os 7 Hábitos das Pessoas Altamente Eficazes.

HESKETT, JL et al. A influência da motivação dos funcionários na satisfação do cliente: um estudo empírico em uma organização de serviços. Ano de publicação: 1994. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/511/447> Acesso em 6/10/23

ANDERSON, N.; WEST, MA Inovação organizacional e desempenho: o papel da cultura e do clima organizacional. Ano de publicação: 1998. Disponível em: https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos08/345_seget.08-Clima%20e%20cultura%20organizacional%20no%20desempenho%20das%20empresas.pdf Acesso em 6/10/23

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/escolaqueprotege_art227.pdf. Acesso em 05 de outubro de 2023.

PINHEIRO, Roberta de Fatima Alves. A prioridade absoluta na Constituição Federal de 1988: cognição do art. 227 como princípio-garantia dos direitos fundamentais da criança e do adolescente. 2006. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

COX, T. Gestão da diversidade no local de trabalho: uma revisão e pesquisa futura. Ano de publicação: 1994. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/11114/1/TCC%20Caroline%20Nunes.pdf>. Acesso em 6/10/23

BASS, BM Uma liderança transformacional e sua influência no desempenho organizacional. Ano de publicação: 1999. Disponível em: http://www.atenas.edu.br/uniatenas/assets/files/spic/monography/LIDERANCA__influencia_em_relacao_ao_desempenho_no_ambiente_organizacional.pdf Acesso em 6/10/23

KIM, W. Chan; MAUBORGNE, Renée. A Estratégia do Oceano Azul. Ano de publicação: 2005.

DRUCKER, Peter F. Inovação e Empreendedorismo. Ano de publicação: 1985.

DRUCKER, Pedro. Administração Moderna. Ano de publicação: 1954.

PIANA, Maria Cristina. Serviço Social e Educação: olhares que se entrecruzam. *Serviço Social & Realidade*, p. 182-206, 2009.

VIEIRA, B. O. História do serviço social: contribuição para a construção de sua teoria. Rio de Janeiro: Agir, 1977.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. Relações sociais e serviço social: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 11. ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 1996.

TOLEDO, Flávio de. O que são recursos humanos. 11.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995. 91 p.8.

CHIAVENATO, I. Recursos Humanos. São Paulo. Editora Atlas, 3ª edição, 1995, p. 19.

MILKOVICH, G. T.; BOUDREAU, J. W. Administração de recursos humanos. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BARBOSA, Allan Claudius Queiroz. Relações de trabalho e recursos humanos em busca de identidade. *Revista de Administração de Empresas*. v. 45, p. 121-126, 2005.

FERNANDES, Júlia Gonçalves. A Gestão de Recursos Humanos nas Organizações sem Fins Lucrativos: O caso da APPACDM do Porto. 2012, p.19.

AKINGBOLA, K. Strategy and HRM in nonprofit organizations: evidence from Canada. *International Journal of Human Resource Management*, 2006, p. 1707-1725.

Centro para Crianças e Adolescentes (CCA). Prefeitura, 2013. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/. Acesso em: 21, nov. 2023.

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. CENPEC. Parâmetros das Ações Socioeducativas: proteção social para crianças adolescentes e jovens: igualdade como direito, diferença como riqueza. Caderno 1: Síntese. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

MARCILIO, Daniela Signorini. Que lugar é o lugar da criança? Investigando a participação de crianças e adolescentes na educação não formal, em um Centro de

Crianças e Adolescentes (CCA), na zona leste da cidade de São Paulo. 2021. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

BARRETO, João Marcelo. Introdução à Administração. Universidade Federal da Bahia - Faculdade de Ciências Contábeis - Bacharelado em Ciências Contábeis. Salvador, 2017.

BOTHEON, Yasmim. Elucidação do Conceito de Gestão e Administração e sua Associação com o Esporte. XXVIII Congresso Virtual de Iniciação Científica da Unicamp. Campinas, 2020.

CARVALHO, Lucia Maria Gadelha. Introdução à teoria geral da administração. Universidade Estadual de Maringá – UEM. Maringá, 2008.

JACOBSEN, Alessandra Linhares Administração (Introdução e teorias) / Alessandra Linhares Jacobsen, João Benjamim da Cruz Junior, Luis Moretto Neto. – Florianópolis : SEaD/UFSC, 2006. 216p. : il.

STADLER, Adriano. Fundamentos da Administração. Instituto Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

ODA, ÉRICO. MARQUES, Cícero. Introdução à administração. IESDE BRASIL. Curitiba, 2012.

SANTIAGO, Christian Henry. A história da Administração no Brasil. Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas- EAESP. São Paulo, 1995.

GOMES, Lucinda Pimentel. História da administração. Informativo Mensal do CRA/CE, CRA em Ação, Ano 1 N° 07 Agosto/Setembro de 2005.

SOUSA, Milena Nunes Alves et al. Administração na contemporaneidade: relatos de pesquisa. Triunfo, Pernambuco v.1, p. 38, 2021.

SILVA, José Santos da et al. Administração e relações de trabalho na contemporaneidade: uma tendência denominada uberização. Ano XIX Volume 19N° 33jan./jun. 2022.

VICENTE, Rayres Helena et al. A administração e os desafios da contemporaneidade: a percepção dos acadêmicos do curso de administração quanto ao desenvolvimento de sua empregabilidade. Anais do Conic-Semesp. Volume 1, 2013 - Faculdade Anhanguera de Campinas - Unidade 3. ISSN 2357-8904.

SOUZA, Francielle Rodrigues. Profissional da administração: Os desafios na atualidade. Portal O Tempo, 2022. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/opiniaio/artigos/profissional-da-administracao-os-desafios-na-atualidade-1.2736002>>. Acesso em 28 de novembro de 2023.

CHAVES, Francisco Diones Paiva. ALBUQUERQUE, talo Patrick Patrick Rodrigues. Conceitos sobre a administração pública e suas contribuições para a sociedade. CAD Vol. 13, n.1. Jan -Jul. 2019, p. 93-104.

SILVA, Rodrigo Adão da. MARTINS, Diego Santos. Os desafios da educação, do ensino e pesquisa sobre administração pública no cenário brasileiro atual. Trabalho de conclusão de curso – artigo científico (Bacharelado em Administração Pública), UFF, 2015.

ANDRADE, Mariana Coelho. A eficiência administrativa vista sob o ângulo do contrato de gestão. Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

ALMEIDA, Nelia França. MARTINS, Samuel Lopes. A importância da gestão integrada na Administração Pública. Trabalho de conclusão de curso – artigo científico (Bacharelado em Administração Pública), UFF, 2015.

FILHO, Edson Ronaldo Guarido. Desigualdade social, responsabilidade e responsividade da pesquisa. Rev. adm. empres. 58 (5) • Sep-Oct 2018 • <https://doi.org/10.1590/S0034-759020180507>.

CAVALCANTE, Pedro. A questão da desigualdade no brasil: como estamos, como a população pensa e o que precisamos fazer. Brasília, 2020.

PITOMBEIRA, Delane Felinto. OLIVEIRA, Lucia Conde de. Pobreza e desigualdades sociais: tensões entre direitos, austeridade e suas implicações na atenção primária. Ciênc. saúde coletiva 25 (5) 08 Maio 2020Maio 2020 • <https://doi.org/10.1590/1413-81232020255.33972019>.

OLIVEIRA, Francisco Mesquita de. Desigualdade Social: uma trajetória de insistência no Brasil. Universidade Federal do Piauí (UFPI), 2015.

BARROS, Ricardo Paes de. HENRIQUE, Ricardo. MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e Pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. RBCS Vol. 15 no 42 fevereiro/2000.

ANDRADE, Priscilla Barbosa. O papel das ongs nas questões públicas: um estudo de caso do CEDHOR na área de direitos humanos. Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Tecnologia e Gestão. João Pessoa, 2015.

GALVÃO, Polliana. ARAUJO, Claisy Maria Marinho. ONGs no Brasil: contextualização histórica do cenário para atuação em psicologia escolar. *Psicol. rev. (Belo Horizonte)* vol.24 no.1 Belo Horizonte jan./abr. 2018.

GOMES, Aparecida Odete Pereira. MAYER, Marcos José. RAMOS, Rubens Carlos Fernandes. O impacto das ongs e sua importância em comunidades carentes. São Paulo, 2019.

OLIVEIRA, Anna Cynthia. HADDAD, Sérgio. As organizações da sociedade civil e as ongs de educação. *Cadernos de Pesquisa*, nº 112, p. 61-83, março/ 2001.

GHANEM, Ellie. As ONGs e a responsabilidade governamental com a escola básica no Brasil. *Pro-Posições*, Campinas, v. 23, n. 2 (68), p. 51-65, maio/ago. 2012.

SCHEID, Liara Laís et al. O papel das organizações não governamentais – ongs para a divulgação da imagem turística do Brasil. Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2010.

ALLES, Cristianfari. OSCIPS: marco histórico para o desenvolvimento do terceiro setor. Brasília, 2006.

LEITE, Marco Antônio Santos. O terceiro setor e as organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIPS. Minas Gerais, 2003.

RILA, Roberto Lange. As organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPS) e a captação de recursos. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

PECI, Alketa et al. Oscips e termos de parceria com a sociedade civil: um olhar sobre o modelo de gestão por resultados do governo de Minas Gerais. *Rev. Adm. Pública* 42 (6) • Dez 2008 • <https://doi.org/10.1590/S0034-76122008000600006>.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: TUDO SOBRE A PROTEÇÃO DA INFÂNCIA. Fundação escola superior do ministério público , [S. l.], p. 1, 17 fev. 2022.

POMPEU TOREZAN AUDREUCCI, Ana Claudia et al. Pesquisadores estudam a importância da comunicação não violenta e do direito à voz para crianças e jovens. *Jornal da USP*, [S. l.], p. 1, 17 out. 2022.

Wagner, A., Falcke, D., Silveira, L. M. B. D. O., & Mosmann, C. P. (2002). A comunicação em famílias com filhos adolescentes. *Psicologia em estudo*, 7, 75-80.

PEREIRA, Larissa Araújo et al. Estrutura organizacional e governança: um estudo de caso em uma instituição cooperativista.

Revista Visão: Gestão Organizacional, v. 7, n. 2, p. 48-66, 2018.

AVILA, Sueli de Fatima Ourique de. A adolescência como ideal social. *Proceedings of the 1th Simpósio Internacional do Adolescente*, 2005.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002. BRASIL.

PIAGET, J. O tempo e o desenvolvimento intelectual da criança. In: Piaget. Rio de Janeiro: Forense, 1973.

DE RESENDE, Ana Lúcia Gomes. Desenvolvimento Infantil. *Revista Científica Multidisciplinar UNIFLU*, v. 4, n. 2, p. 182-197, 2019.

FLORES, Vanda de Sousa. Traumas da infância e suas consequências nas várias etapas da existência humana. Monografia apresentada ao Curso de pós-graduação em Terapia Transpessoal do Grupo Ômega de Estudos Holísticos Transpessoais e junto ao INCISA. Salvador, 2008.

SILVA, Flaviany Ribeiro da; ASSIS, Simone Gonçalves. Prevenção da violência escolar: uma revisão da literatura. *Educação e Pesquisa*, v. 44, 2017.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Entrevista transcrita

ENTREVISTA COM THALITA VASCONCELLOS

Arquivo A1 – Tempo de gravação: 15 minutos.

Realizada em: 11/09/2023

Identificação: T (Thalita Vasconcellos); E (Entrevistadores: Cleomara Souza Araujo, Fernanda Borges Silva e Isabele Salviano Remízio).

E: Olá, tudo bem? É um prazer conhecê-la, gostaríamos de realizar algumas perguntas relacionadas a sua ong, voltada também para o Centro de Crianças e Adolescentes, pois este é o tema em volto do nosso trabalho.

T: Tudo bem sim, o prazer é todo meu meninas, e claro estou à disposição de vocês para responder qualquer pergunta.

E: Primeiramente, queremos saber, o que vem a ser a ONG e quando ela foi fundada?

T: A ONG é uma associação beneficente comunitária, e não governamental, ou seja, somos uma entidade privada, porém sem fins lucrativos. E foi eu juntamente com minha sogra Dona Terezinha que fundamos a ong no dia 3 de setembro de 1996 no bairro Jardim Aurora.

E: E para qual finalidade foi criada a ONG? Qual era o seu objetivo central?

T: Inicialmente a ideia da criação da ONG veio quando percebemos que no bairro em que morávamos havia muitas famílias que passavam por necessidades dentro de suas casas, e que precisavam de um auxílio com seus filhos, com isso decidimos ir em busca de meios para suprir as necessidades dessas famílias, e promover uma melhoria em sua qualidade de vida, através de atividades socioeducativas.

E: Isto é realmente significativo e necessário, e como vocês se juntaram/apoiaram?

T: Foi quando a Dona Terezinha, juntou-se a outras mães, com o propósito, como eu já havia falado antes, de suprir as necessidades do bairro e assim promoverem uma melhoria na qualidade de vida das famílias da região, através de atividades socioeducativas, e um fato curioso é que na época a organização ainda se chamava: Associação Beneficente Jardim Aurora e Adjacentes, mas atualmente ela se chama só Associação Beneficente Comunitária Aurora.

E: Ahh sim, que interessante, e que papel a Dona Terezinha exerce atualmente?

T: Ahh sim, verdade, eu não havia mencionado antes, mas ela é a atual presidente da associação.

E: E qual seria a missão, visão e valores da ONG?

T: A missão da ONG é organizar a transformação integral da sociedade por meio da conscientização, formação e participação das pessoas, já a visão é sermos uma organização sustentável sabem? Com parcerias solidas, para que assim possamos atender as demandas da comunidade de forma adequada, pois elas estão diretamente relacionadas com a formação do cidadão, e os valores são baseados no amor, na dignidade, fraternidade, solidariedade e no respeito que temos uns com os outros.

E: Quem são as pessoas que trabalham com vocês atualmente?

T: A ONG conta com voluntários e funcionários que são tanto os próprios moradores da comunidade, quanto com internacionais, que trabalham todos os dias. Ahh! Um adendo a associação possui projetos independentes, que visam promover melhorias pontuais na comunidade.

E: Ahh e por falar em projeto, qual foi um dos primeiros projetos que vocês conseguiram realizar? Tira-lo do papel e torná-lo realidade?

T: Um dos nossos primeiros projetos que a associação realizou? nossa foi a muito tempo, e conseqüentemente memorável e gratificante para nós, foi o projeto Viva Leite, nós o começamos em 2001, pois queríamos contribuir para a garantia de um benefício socioassistencial de alimentação, mas para concretizá-lo contamos com uma parceria, que foi o governo do estado de São Paulo para que assim conseguíssemos um alcance maior de pessoas.

E: E o que vocês fazem exatamente neste projeto?

T: O programa distribui leite para os idosos que estão acima de 60 anos, e para crianças a partir de 06 meses, tudo mensalmente, e nós o realizamos até hoje, desde 2001, porque vemos o quanto as famílias ficam gratas e realmente precisam deste auxílio em suas vidas, mesmo que para muitas pessoas não seja grande coisa, mas para essas famílias já é uma ajuda bem-vinda.

E: Com toda certeza, deve ser gratificante para todas as famílias.

E: Sabemos que a Associação também possui creches, o que levou vocês a abri-las?

T: Foi em virtude da falta de oportunidades e a exposição das crianças e adolescentes à violência a que eram expostas no bairro, assim nos deparamos com a necessidade de atendê-las, tudo em busca de tentar reverter este quadro de desigualdade e falta de amparo com os moradores, então erguemos a primeira creche em 2007, que se chama ABC Aurora, onde oferecemos aulas para crianças de zero a quatro anos.

E: Então esta foi a primeira entidade que vocês abriram, e as demais foram logo em seguida?

T: Não demorou um pouco digamos assim, pois nós abrimos mais uma creche em 2012 cinco anos após a primeira, e depois resolvemos inaugurar um CCA (Centro para Crianças e Adolescentes) para promovermos aulas e atividades socioeducativas para as crianças e os adolescentes em períodos, sendo eles manhã e tarde, além de oferecermos cursos profissionalizantes para jovens adultos.

E: Para nos aprofundar um pouco mais no tema CCA nos conte um pouco mais sobre ele?

T: Ahh sim, claro, então o centro para crianças e adolescentes, é uma parceria com a Prefeitura de São Paulo para um centro de convivência e fortalecimento de vínculos social, a fim de incluir crianças e adolescentes que estão em situação de risco, vulnerabilidade social e escolar, assim são desenvolvidas atividades socioeducativas com temas realmente diversos, e eles podem aprender de forma lúdica, ou seja, de uma forma leve e prazerosa para elas, com brincadeiras, jogos, atividades que possam diverti-las, e não como uma obrigação ou medida que os faça

pensar que estamos medindo a sua inteligência, além de fazer com que interajam uma com as outras promovendo um convívio saudável tanto entre elas quanto com suas famílias e amigos.

E: Quais atividades vocês desenvolvem no CCA especificamente?

T: Ahh as atividades as quais eu me refiro são esportivas e recreativas, além de oficinas diversas, como a oficina de dança, teatro, de circo, oferecemos também aulas de inglês, e realizamos passeios diversificados, como as visitas aos espaços públicos e culturais, como por exemplo, o museu Pátio do Colégio, o Pacaembu CEU, entre outros.

E: Poderia nos falar mais sobre outros projetos que a associação realiza?

T: Ta bom, nós temos também o projeto Hora das garotas, onde a associação promove um espaço em que as meninas possam se sentir confortáveis para expor os seus pontos de vista, questionar situações que vivenciam ou não, e com isso tentar gerar no grupo um diálogo crítico sabe? E consequentemente reflexivo.

E: E quem pode participar deste projeto?

T: São garotas entre 12 e 17 anos, pois nos queremos que elas possam participar de um espaço onde podem trocar suas experiências, e ter prazer em criar vínculos por meio das nossas relações.

E: Nossa realmente incrível, até nos ficamos interessadas em participar.

T: Ahh que bom meninas, fiquem à vontade para se matricularem quando vocês quiserem.

T: ... Ahh eu também quero mencionar mais 2 projetos, posso?

E: Mas é claro, pode falar sim, fica à vontade.

T: Só para finalizar eu gostaria de falar do projeto comunidade solidária, que é um projeto que disponibiliza a entrega de cestas básicas a famílias necessitadas, e eu também me orgulho em falar que já foram entregues mais de 1.500 cestas básicas, e gostaríamos muito que esse número continue a crescer, passa que possamos ajudar cada vez mais.

T: ... E por fim o projeto Centro de Educação Infantil, que é uma parceria com a Prefeitura de São Paulo para promover o atendimento a crianças de 0 a 3 anos, e já

contamos com o atendimento de 229 crianças em período integral, onde focamos em uma abordagem pedagógica baseada na centralização da criança e em toda a sua habilidade investigativa e pesquisadora.

E: Ahh sim, entendemos, gostaríamos de falar que admiramos o trabalho de vocês, e todos esses projetos que estão sendo realizados, foi ótimo te entrevistar, muito enriquecedor e inspirador, nos agradecemos por disponibilizar um pouco do seu tempo para nos ajudar como o nosso trabalho.

T: Ahh eu que agradeço meninas, e fico lisonjeada, que bom que gostaram e se inspiraram, eu amei a entrevista, até mais.